

Programa

# SIMPLEX+

2018





## INTRODUÇÃO

# Chegou o SIMPLEX+ 2018

Prossegue o trabalho reiniciado em 2016, assumindo novos compromissos para a modernização e simplificação administrativa e legislativa, e aprofundando algumas das linhas orientadoras do SIMPLEX+2016.

É de realçar, desde logo, o modo como o SIMPLEX+ 2018 foi construído. Desde a sua origem, o SIMPLEX+ definiu como um dos seus princípios estruturantes o envolvimento e participação de trabalhadores da Administração Pública. Em 2016 foi realizado um processo de consulta a trabalhadores do Estado, do qual resultaram muitas das medidas incluídas no primeiro SIMPLEX+. Em 2017 fomos ainda mais longe, através de uma iniciativa que denominámos de SIMPLEX JAM. Nesta nova edição para preparação do Simplex+ 2018, contamos com 500 participantes, tendo resultado em 23 medidas inscritas neste programa.

Por outro lado, no sentido de aproveitar o saber e a experiência dos funcionários públicos foi-lhes dirigido um inquérito, do qual resultaram cerca de 460 preocupações para a construção do Simplex+ 2018. Foram, ainda, recolhidas cerca de 450 sugestões e preocupações através do LIVRO SIMPLEX. Em paralelo, foi enviado um questionário às empresas, dos quais resultaram cerca de 100 sugestões.

O SIMPLEX+2018 tem 175 medidas de simplificação e modernização administrativa e legislativa para todas as áreas da governação, organizadas por etapas de vida. Assim, partindo da experiência do utilizador, as medidas estão divididas pelas etapas de nascimento, saúde, educação, veículos, trabalho, empresa, casa, família, reforma e morte. A estas acrescem três etapas transversais nas quais se podem encontrar medidas relacionadas com o lazer, ao longo da vida e administração pública mais eficiente. A estas medidas juntam-se 93 medidas plurianuais iniciadas no simplex+2017.

Neste Simplex vão encontrar medidas para facilitar a vida de todos os cidadãos e medidas de simplificação transversais às atividades económicas; medidas que concretizam mais e melhor intercomunicação e interconexão entre serviços e sistemas de informação para aprofundar o princípio "only once".

Podemos destacar algumas medidas como: "Qual@Escola" destinada aos pais que pretendem inscrever o seu filho numa escola pública, ou a "LOLA" a sua assistente na Loja de Cidadão, a "Fatura sem papel" que acaba com a impressão de faturas, passando a utilizar apenas um comprovativo eletrónico ou o "Business Match Making", uma ferramenta que permite às empresas portuguesas exporem os seus produtos nos mercados internacionais de forma fácil e intuitiva.

O SIMPLEX+ 2017 começa agora. Ao longo do próximo ano vamos manter as metodologias de implementação e de monitorização, de avaliação e demonstração de resultados, de envolvimento das áreas de governação, de dirigentes e trabalhadores do Estado, de cidadãos, empresas e associações. Porque o SIMPLEX+ veio para ficar!

Uma palavra final de agradecimento a todas e a todos que têm contribuído para fazer do SIMPLEX+ uma referência nacional e internacional das políticas públicas de modernização e simplificação administrativa e legislativa. Cidadãos, empresas, associações, autarcas, trabalhadores e dirigentes do Estado, membros do governo e respetivos gabinetes. Uma palavra final de agradecimento à Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa pelo seu permanente empenho e dedicação a esta tarefa diária de tornar tudo mais simples.

**Grça Fonseca**

Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa





## SÍNTESE EXECUTIVA

O SIMPLEX+2018 contém medidas de simplificação legislativa e administrativa que contribuem para a melhoria da qualidade dos serviços, com particular enfoque no atendimento aos cidadãos e empresários, tendo em especial atenção os problemas identificados no processo de participação já mencionado.

No SIMPLEX+2018 existem medidas organizadas por etapas de vida. Assim, partindo da experiência do utilizador, as medidas estão divididas pelas etapas de nascimento, saúde, educação, veículos, trabalho, empresa, casa, família, reforma e morte. A estas acrescem três etapas transversais nas quais se podem encontrar medidas relacionadas com o lazer, ao longo da vida e administração pública mais eficiente.

Neste programa, a exemplo dos anteriores, existem várias medidas que resultam da cooperação entre as diversas áreas de governação, como a medida "Quinta + Próxima" e "Parentalidade + simples".

Cooperação e transversalidade são, assim, princípios fundamentais das medidas inscritas no SIMPLEX+2018.



# SIMPLEX+

# JAM



## SIMPLEX+

## JAM

O Simplex JAM nasceu da vontade e da necessidade de incluir os funcionários da Administração Pública na construção das medidas do programa Simplex+2017, e este ano numa nova edição para a construção do Simplex+ 2018.

Sendo objetivo do Simplex+ a modernização e a simplificação de processos que têm impacto na vida dos cidadãos e das empresas no seu relacionamento com o Estado, julgamos decisivo envolver os funcionários no alcance destes objetivos.

Quem presta, direta ou indiretamente, serviços aos cidadãos possui uma experiência e um saber que não é despiciendo. Atendendo a este facto, decidimos ouvi-los, criando, para o efeito, espaços de debate, com a disponibilização das ferramentas necessárias à construção de soluções.

Este foi o mote para se conceber o projeto Simplex JAM, que nesta segunda edição, contou com a participação de 150 funcionários, de diferentes áreas e funções distintas, provenientes de diversos pontos do território nacional.

Em 8 sessões realizadas em Lisboa, Porto, Coimbra, Évora e Faro, foi possível reunir diferentes grupos de trabalho, constituídos aleatoriamente, em que se identificaram problemas e se propuseram soluções, segundo um modelo de design Thinking.



Assim, 23 das propostas decorrentes das sessões do Simplex JAM foram transformadas em medidas do Simplex+2018, das medidas das 8 áreas da Governação (Agricultura Florestas e Desenvolvimento Rural, Planeamento e das Infraestruturas, Saúde, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Justiça, Educação, Cultura e Finanças) envolvidas neste processo de co-criação.

Este modelo de co-participação consubstancia-se numa percentagem de cerca de 32% do programa Simplex+2018 afeto a aquelas 8 áreas de governação (23 medidas, num total de 73 medidas dos ministérios envolvidos).

Todas as propostas resultantes destas 5 sessões foram úteis para a construção do programa Simplex+ 2018. A sua classificação e categorização permitiu constituir uma base de trabalho proveitosa, possibilitando às diferentes áreas a construção de medidas que facilitem o contacto entre os cidadãos e as empresas com o Estado.



S



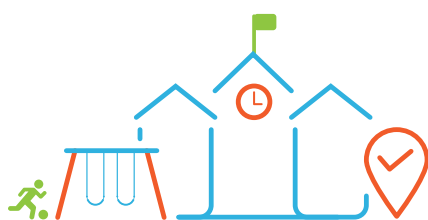
MEDIDAS EM DESTAQUE



## 1 QUINTA + PRÓXIMA

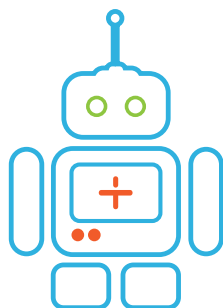
Criar uma bolsa de contratação de fornecedores de produtos agroalimentares, com o objetivo de encurtar o tempo e a distância entre a produção e o consumo, garantindo uma melhor qualidade dos produtos.

Esta medida será implementada com um projeto piloto entre uma DRAP regional e uma instituição pública.



## 2 QUAL@ESCOLA

Melhorar a informação disponibilizada ao cidadão através da criação de uma funcionalidade de informação georreferenciada relativa à área de influência de estabelecimentos escolares da rede pública.



## 3 LOLA – A SUA ASSISTENTE NA LOJA DE CIDADÃO

Criação de um interface digital intuitivo que auxilie o cidadão no encaminhamento para um determinado serviço dentro da Loja de Cidadão e medeie a realização de serviços online através de tutoriais.



## 4 FATURA SEM PAPEL

Regulamentar a possibilidade de dispensa da impressão de faturas.



## 5 BUSSINESS MATCH MAKING

Criar uma plataforma que irá permitir às empresas portuguesas exporem os seus produtos online para os mercados internacionais, de uma forma mais intuitiva e com um motor de pesquisa mais eficiente. Irá também permitir que as empresas portuguesas exportadoras partilhem experiências e criem novas oportunidades de exportação.

Algumas das funcionalidades serão, nomeadamente:

- a) Promover o contacto, partilha de experiências e associação entre pares do tecido empresarial português em processo de internacionalização e já internacionalizados;
- b) Agregar ofertas complementares gerando novos eco-sistemas;
- c) Alimentar as ligações das empresas internacionalizadas e da diáspora, mantendo dinâmicas de diálogo e retorno;
- d) Manter e fortalecer a rede InovContacto de forma integrada.



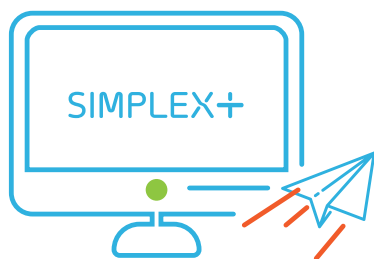
## 6 PARENTALIDADE + SIMPLES

Implementar serviço online que visa facilitar, agilizar e potenciar a interação entre o Cidadão e a Segurança Social, numa perspetiva automatizada, melhorando significativamente a qualidade dos serviços e otimizando os tempos de resposta associados aos processos de atribuição e manutenção de prestações no âmbito da parentalidade.



## 7 CONTRATAÇÃO I&D + SIMPLES

Criar um enquadramento legal que permita uma simplificação e agilização da contratação pública para atividades de I&D.

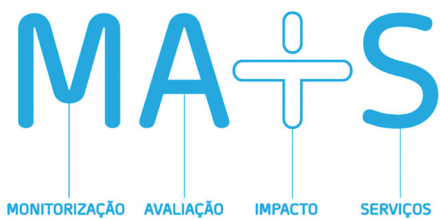


## 8 CENTRAL MARCAÇÕES DO ESTADO

Disponibilizar, de forma centralizada, marcação online de serviços públicos.



MONITORIZAÇÃO +



## Monitorização interna do SIMPLEX

A monitorização da implementação das medidas SIMPLEX+ é realizada através de uma plataforma eletrónica transversal a todas as áreas de governação, à qual acedem diretamente todos os pontos focais da Rede Simplex. Assim, a informação relativa ao estado da execução de cada uma das medidas do SIMPLEX+ foi preenchida pelos pontos focais respetivos. Para facilitar a tarefa de preenchimento e permanente atualização do estado de execução das medidas foi definido um quadro de planeamento transversal a todas elas, com a identificação das fases e das respetivas tarefas. Esta funcionalidade permite a elaboração e uniformização de relatórios coerentes de implementação.

Desta forma, incumbe a cada ponto focal identificar as tarefas necessárias à concretização de cada medida.

A cada tarefa é também atribuída uma percentagem de execução, que permite o apuramento da taxa de execução por medida, por área de governação e na execução global do programa.

O estado das tarefas vai sendo alterado até à sua conclusão, adicionando uma evidência do seu termo.

## Monitorização externa do SIMPLEX

A "Monitorização MAIS", implementada em 2016, e que conduziu a diversos resultados positivos no ano anterior, vai manter-se para monitorização do SIMPLEX+ 2018, nomeadamente através de inquéritos de utilização e satisfação de medidas SIMPLEX junto dos respetivos público-alvo, bem como pelo estudo aprofundado dos impactos das diversas medidas.

Este estudo, apoio pela Comissão Europeia, pretende apresentar resultados económicos ao nível da redução de encargos administrativos, redução de obrigações e melhoria do seu cumprimento, poupanças geradas (de tempo e dinheiro), funcionamento e eficiência dos serviços públicos, etc.



## CAMPANHA SOBRE AS MEDIDAS SIMPLEX+

O SIMPLEX nasceu em 2006. Em 11 anos de SIMPLEX foram concretizadas mais de 1.200 medidas para simplificar a vida dos cidadãos e das empresas na sua relação com o Estado e modernizar os serviços públicos.

O impacto das medidas do SIMPLEX na vida dos cidadãos e das empresas é muito significativo. Menos deslocações, menores tempos de espera, eliminação de obrigações, de declarações, anexos e formulários.

Hoje, os cidadãos beneficiam da tarifa social da eletricidade, entregam o seu IRS e compram medicamentos sem papéis, renovam a carta de condução sem sair de casa e simulam a sua pensão à distância de um clique.

Hoje, as empresas são constituídas em menos de uma hora, os gerentes e administradores assinam digitalmente em nome da empresa e as declarações mensais de remunerações dos trabalhadores são automáticas.

Com apenas 13 medidas do Simplex+2016 as empresas pouparam 600 milhões de euros em encargos administrativos.

O Simplex é, hoje, um nome que todos os portugueses (e não só) conhecem bem. É sinónimo de agilidade, proximidade e simplicidade na relação entre cidadãos, empresas e o Estado.

Mais e melhor serviço público, esta é a marca do SIMPLEX.

E se tudo hoje é mais simples, isso não é magia. Isso é trabalho e dedicação de muitos trabalhadores e dirigentes da administração pública. Isso é investimento em políticas públicas orientadas à modernização. O Simplex é feito por pessoas para as pessoas. Não aparece por magia.

Por isso, convidámos o Luis de Matos para falar em nome de todas as pessoas que construíram o Simplex ao longo dos últimos 11 anos e, em seu nome, recordar que serviços como a casa pronta online, o IRS automático, o registo de nascimento na maternidade, o simulador de pensões, a renovação da carta de condução sem sair de casa, a declaração mensal de remunerações automática, o casamento online, as matrículas escolares online, o espaço óbito ou o agendamento de passaporte não aparecem por magia, são SIMPLEX.



# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA + EFICIENTE

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## + EFICIENTE

<b>Denominação da medida</b>	<b>Aplicação de gestão de recursos relativos às condições de segurança nos Serviços Periféricos Externos</b>
<b>Ministério</b>	M. dos Negócios Estrangeiros
<b>Ministérios envolvidos</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2020
<b>Descrição</b>	<p>Criar uma aplicação relativa à Segurança nos Serviços Periféricos Externos que permita gerir toda a informação de instalações, materiais, diagnósticos, procedimentos, contratos, relatórios e inspeções no âmbito da segurança que existem em todas as embaixadas, missões permanentes e postos consulares. Sendo colaborativa, os intervenientes poderão alimentar esta plataforma com informações e necessidades concretas que serão analisadas e verificadas de forma regular.</p> <p>Terá também o objetivo de aferir a adequabilidade dos meios de segurança existentes para cada caso específico e obter informações adequadas para as tomadas de decisão e consequente criação de medidas concretas de melhoria.</p>
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>ConheSER+ Plataforma Única Refugiados</b>
<b>Ministério</b>	M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com</b>	M. da Administração Interna, M. do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Desenvolver uma plataforma única de gestão de acolhimento de refugiados.
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA + EFICIENTE

<b>Denominação da medida</b>	<b>Plataforma Rede AP</b>
<b>Ministério</b>	M. das Finanças
<b>Ministérios envolvidos</b>	M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Disponibilizar uma plataforma colaborativa que suporte o funcionamento da Rede AP, uma rede de gestores da Administração Pública. A plataforma permitirá disponibilizar conteúdos e a interação entre os membros da Rede, facilitando o desenvolvimento, implementação e avaliação de projetos transversais.
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>SAD-GNR + simples e interativo</b>
<b>Ministério</b>	M. da Administração Interna
<b>Ministérios envolvidos</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Melhorar, simplificar e aumentar os procedimentos eletrónicos no sistema de Assistência na Doença (SAD) da GNR, nomeadamente com as seguintes iniciativas: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) incrementar o tratamento de ficheiros e a validação dos mesmos de forma automática através de um módulo, a ser disponibilizado no Portal Social, para as transferências eletrónicas de dados, permitindo um melhor controlo da despesa do SAD da GNR.</li> <li>b) controlar de forma mais eficiente as pré-autorizações das entidades convencionadas.</li> <li>c) introduzir processos eletrónicos que permitam ao SAD da GNR aceder e fazer o cruzamento da base de dados da Direcção-Geral de Impostos e da Segurança Social a fim de comprovar a situação do beneficiário, desmaterializando todo o processo de inscrição e renovação do direito e a consequente emissão de cartão de beneficiário.</li> <li>d) simplificar a tramitação eletrónica, repensando o modo como os serviços SAD-GNR se relacionam com os seus beneficiários.</li> </ul>
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA + EFICIENTE

<b>Denominação da medida</b>	SEF+
<b>Ministério</b>	M. da Administração Interna
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Adotar um sistema de gestão documental mais eficiente e integrado com as aplicações informáticas utilizadas, com especial foco na agilização do processo de decisão do estatuto de residente do cidadão estrangeiro.
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>Serviços gratificados + ágeis para serviços de Comunicações</b>
<b>Ministério</b>	M. da Administração Interna
<b>Em colaboração com</b>	M. do Planeamento e das Infraestruturas
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Criar uma aplicação para registar as ocorrências de avarias nas redes dos operadores de telecomunicações, que possibilite encaminhar de forma simples, rápida e automática as forças policiais para o local da ocorrência, de molde a permitir que decorram, na via pública, os trabalhos de intervenção necessários ao restabelecimento dos serviços.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## + EFICIENTE

<b>Denominação da medida</b>	<b>Perícias médico-legais com fatura eletrónica</b>
<b>Ministério</b>	M. da Justiça
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Integrar a fatura eletrónica emitida pelo Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses no Sistema das Custas Judiciais através da Plataforma Fatura Eletrónica na Administração Pública.
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>Citação eletrónica à autoridade tributária</b>
<b>Ministério</b>	M. da Justiça
<b>Em colaboração com</b>	M. das Finanças
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Disponibilizar a citação, por via eletrónica, de funcionários judiciais e agentes de execução à administração tributária no âmbito dos processos judiciais executivos.
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## + EFICIENTE

<b>Denominação da medida</b>	<b>Alargamento SIATT ao Tutelar Cível</b>
<b>Ministério</b>	M. do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Alargar o atual Sistema de Informação de Assessoria Técnica aos Tribunais (SIATT), em utilização no âmbito da Proteção de Crianças e Jovens, ao Regime Geral do Processo Tutelar Cível.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>Gerir imóveis SS</b>
<b>Ministério</b>	M. do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Implementar uma solução que permita gerir os imóveis que constituem o património da Segurança Social, nas áreas da administração, conservação, avaliação e alienação.
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais



# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## + EFICIENTE

<b>Denominação da medida</b>	<b>Alerta Doente Crónico</b>
<b>Ministério</b>	M. da Saúde
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	<p>Implementar na aplicação de registo clínico eletrónico instalado nas ambulâncias de Suporte Imediato de Vida, uma sinalização para acompanhamento por parte das Unidades funcionais dos Agrupamentos de Centros de Saúde, de doentes com patologia crónica.</p> <p>Pretende promover a articulação entre a equipa de saúde pré-hospitalar do INEM e as equipas das unidades funcionais dos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES), sinalizando pelos primeiros, os utentes residentes na área geográfica de influência de cada ACES que reúnam os critérios gerais de inclusão neste projeto.</p> <p>Principais objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Identificar doentes com patologia crónica sem acompanhamento pelos Cuidados de Saúde Primários;</li> <li>b) Identificar pessoas com agudização da sua patologia crónica que requeira acompanhamento;</li> <li>c) Identificar prestador de cuidados com sinais de exaustão.</li> </ul>
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>Business Intelligence Camões</b>
<b>Ministério</b>	M. dos Negócios Estrangeiros
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2020
<b>Descrição</b>	<p>Criar uma ferramenta de "business intelligence" para o Instituto Camões que, usando todos os dados já existentes nas plataformas de recursos humanos e financeiros do Camões, irá permitir produzir rapidamente e com menos esforço relatórios precisos e automáticos que sirvam de apoio às tomadas de decisão do Camões.</p>
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais e processo participativo interno à Administração Pública

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA + EFICIENTE

<b>Denominação da medida</b>	<b>SS-GNR Farmácia + próxima</b>
<b>Ministério</b>	M. da Administração Interna
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Permitir aos beneficiários dos serviços sociais da GNR de todo o país que encomendem <i>online</i> os medicamentos não sujeitos a receita médica e produtos de venda livre sem necessidade de se deslocar fisicamente aos serviços farmacêuticos em Lisboa.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais e processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>SS-PSP Pedido de empréstimo + simples</b>
<b>Ministério</b>	M. da Administração Interna
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Disponibilizar um formulário eletrónico para os pedidos de empréstimo da Caixa Económica da PSP.
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais e processo participativo interno à Administração Pública

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA + EFICIENTE

<b>Denominação da medida</b>	<b>Gestão do fardamento + ágil na GNR</b>
<b>Ministério</b>	M. da Administração Interna
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Implementar um novo modelo de gestão de fardamento, que permita eliminar os stocks (imobilizações financeiras), que passam para um operador de mercado. Pretende-se ainda externalizar este serviço, passando a existir uma relação comercial entre um operador e os guardas, através de plataforma de compras <i>online</i> , diminuindo os efetivos da Guarda afetos a estas funções.
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais e processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>SS-PSP e-booking</b>
<b>Ministério</b>	M. da Administração Interna
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Gestão de reservas de alojamento nos Serviços sociais da PSP e desmaterialização do processo de candidatura aos equipamentos sociais tornando-o mais ágil, simplificado e desburocratizado.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais e processo participativo interno à Administração Pública

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## + EFICIENTE

<b>Denominação da medida</b>	<b>SS-PSP Faturação eletrónica dos arrendamentos</b>
<b>Ministério</b>	M. da Administração Interna
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Faturar eletronicamente as receitas provenientes do arrendamento (social e/ou NRAU) habitacional ou comercial dos serviços sociais da PSP e desmaterializar o processo tornando-o mais ágil, simplificado e desburocratizado.
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais e processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Justiça em linha com a AT</b>
<b>Ministério</b>	M. da Justiça
<b>Em colaboração com</b>	M. das Finanças
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Disponibilizar a consulta direta, por via eletrónica, de funcionários judiciais, agentes de execução e administradores judiciais às bases de dados da administração tributária, no âmbito dos processos judiciais executivos e de insolvência e recuperação de empresas.
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais e processo participativo interno à Administração Pública

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## + EFICIENTE

<b>Denominação da medida</b>	<b>Cursos <i>online</i> para os consulados e embaixadas</b>
<b>Ministério</b>	M. dos Negócios Estrangeiros
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Disponibilizar cursos <i>online</i> , destinados aos funcionários dos consulados e embaixadas portuguesas no mundo, com o objetivo de passar conhecimento sobre as novas ferramentas e procedimentos informáticos internos da administração pública que estão a ser desenvolvidos em Portugal e que tenham de ser utilizadas pelos funcionários no estrangeiro. Isto vai permitir que a utilização das novas soluções seja mais eficiente fora de Portugal e também que o serviço público ao cidadão seja prestado com maior qualidade.
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>INE Remote Safe Center</b>
<b>Ministério</b>	M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com</b>	M. da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Permitir o acesso remoto a microdados e ferramentas para o desenvolvimento da atividade de investigação científica, de acordo com as melhores práticas de proteção de segurança de informação em ambientes de safe center.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## + EFICIENTE

<b>Denominação da medida</b>	<b>SIMPL4CERT</b>
<b>Ministério</b>	M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Este projeto visa modernizar a área de certificação eletrónica do Estado, nomeadamente: a) Reformular os processos associados à certificação eletrónica, visando a prestação de serviços em selfservice; b) Incrementar as medidas de segurança; c) Desenvolver ações de sensibilização no âmbito da segurança de informação.
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Rede CLAIM/GIP- Base de Dados</b>
<b>Ministério</b>	M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Integrar a base de dados do Registo dos Atendimentos dos Centros Locais de Apoio e Integração dos Migrantes (CLAIM) e a base de dados da Rede de Gabinetes de Inserção Profissional (GIP).
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## + EFICIENTE

<b>Denominação da medida</b>	<b>Intranet.GOV</b>
<b>Ministério</b>	M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Desenvolver plataforma com informação pública sobre entidades, organograma e respetivos recursos, para partilha de conhecimento e experiências, potenciando a colaboração entre entidades e a disponibilização de conteúdos relativos, nomeadamente a carreiras e progressões, benefícios, bolsa de emprego, formação, serviços sociais e protocolos existentes.
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Consulta.Lex</b>
<b>Ministério</b>	M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Reformular o portal das Consultas Públicas do site oficial do Governo, tornando-as mais intuitivas, operacionais e próximas dos cidadãos.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## + EFICIENTE

<b>Denominação da medida</b>	<b>SCRIPTO</b>
<b>Ministério</b>	M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com</b>	M. da Defesa Nacional, M. dos Negócios Estrangeiros
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2020
<b>Descrição</b>	Conceber o piloto de um novo sistema de informação para a gestão nacional do material criptográfico NATO, UE e Nacional possibilitando integrar num só sistema, a gestão e controlo do ciclo de vida do referido material desde a sua receção ou produção, até à distribuição ao utilizador final e destruição.
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Competências@ap +</b>
<b>Ministério</b>	M. das Finanças
<b>Em colaboração com</b>	M. da Presidência e da Modernização Administrativa, M. do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Identificar as competências detidas pelos trabalhadores em funções públicas em matéria de saúde e segurança no trabalho. A medida concretiza-se através do carregamento, na plataforma eletrónica competências@ap, dos currículos por parte dos próprios trabalhadores. A base de dados assim criada permitirá constituir uma bolsa de competências dentro da Administração Pública para operacionalizar o plano de ação em matéria de saúde e segurança no trabalho, com otimização de recursos.
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública



# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## + EFICIENTE

<b>Denominação da medida</b>	<b>Avaliação do Desempenho Militar +</b>
<b>Ministério</b>	M. da Defesa Nacional
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Este projeto envolve os 3 ramos das Forças Armadas (Exército, Força Aérea e Marinha), sendo coordenado pela SGMDN. Visa desenvolver o Sistema de Informação de Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas (SIAMMFA), através da desmaterialização do processo de avaliação subjacente e em cumprimento ao estabelecido na Portaria n.º 301/2016, de 31 de novembro (Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas (RAMMFA). O SIAMMFA incorporará os requisitos e implementará as funcionalidades definidas na referida Portaria que implementam o novo modelo de avaliação, o qual é único para as Forças Armadas.
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Defesa @ doc</b>
<b>Ministério</b>	M. da Defesa Nacional
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2020
<b>Descrição</b>	Implementar o Sistema Integrado de Gestão Documental da Defesa Nacional, permitindo a tramitação ágil e segura por via eletrónica dos processos documentais entre os organismos da Defesa, nesta fase, apenas realizando um a título piloto: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Expansão aos órgãos da Defesa Nacional aderentes da solução de gestão documental em exploração na Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional (SGMDN) e respetiva interoperabilidade;</li> <li>b) Implementação de mecanismos de interoperabilidade da solução da SGMDN com outras soluções tecnológicas já em exploração na Defesa Nacional e destas entre si.</li> </ul> Pretende-se recorrer à assinatura digital com o Cartão de Cidadão e Chave Móvel Digital e à plataforma de interoperabilidade da Administração Pública.
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## + EFICIENTE

<b>Denominação da medida</b>	<b>Gestão RH da Defesa +</b>
<b>Ministério</b>	M. da Defesa Nacional
<b>Ministérios envolvidos</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2020
<b>Descrição</b>	<p>Implementar um único sistema de Gestão de Recursos Humanos (GRH), incluindo o processamento de vencimentos, a ser disponibilizado pelo módulo de Recursos Humanos do Sistema Integrado de Gestão da Defesa Nacional (SIGDN-RH), envolvendo os 3 Ramos das Forças Armadas - Força Aérea, Exército e Marinha -, o Estado-Maior General das Forças Armadas e o Instituto de Ação Social das Forças Armadas (IASFA), sob a coordenação da Secretaria-Geral do MDN.</p> <p>O projeto consiste nas seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Expandir o módulo SIGDN-RH ao Exército e Força Aérea;</li> <li>b) Expandir o sistema à Marinha e ao IASFA;</li> <li>c) Incrementar a capacidade de GRH do Estado-Maior-General das Forças Armadas.</li> </ul>
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Secretaria Virtual +</b>
<b>Ministério</b>	M. da Defesa Nacional
<b>Ministérios envolvidos</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2020
<b>Descrição</b>	<p>Desmaterializar e automatizar os processos administrativos das secretarias da Marinha e da Autoridade Marítima Nacional relacionados com a função na organização, destacando-se, o encaminhamento e despacho de requerimentos; a submissão de declarações; a emissão automática das guias de férias; a elaboração e encaminhamento dos mapas de planeamento, controlo e gestão da alimentação e a incorporação dos requisitos de privacidade, confidencialidade e proteção de dados pessoais, previstos no Regulamento Geral de Proteção de Dados. Pretende-se privilegiar a interoperabilidade com os serviços disponibilizados pela Agência para a Modernização Administrativa, tais como: a autenticação com o Cartão de Cidadão e Chave Móvel Digital [futuramente também com o Bilhete de Identidade Militar eletrónico (e-BIM)], o recurso à bolsa de documentos e a utilização da plataforma de interoperabilidade da Administração Pública, sempre que aplicável.</p>
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA + EFICIENTE

<b>Denominação da medida</b>	<b>Saúde Operacional +</b>
<b>Ministério</b>	M. da Defesa Nacional
<b>Ministérios envolvidos</b>	M. da Saúde
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2020
<b>Descrição</b>	<p>Implementar um sistema de informação que contemple, plenamente, o âmbito, os requisitos e os processos específicos de gestão da Saúde Operacional da Marinha, integrando, através da plataforma de interoperabilidade da Administração Pública, a informação de saúde do sistema de Saúde Assistencial (HFAR) e do Serviço Nacional de Saúde no processo individual de saúde digital do militar.</p> <p>Pretende-se garantir a permanente prontidão operacional dos militares e otimizar os processos de aprontamento, suporte e retração dos militares e militarizados para missões operacionais, tendo em conta a informação das condições geográficas e operacionais dos teatros de empenhamento.</p>
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Recuperação e Gestão de Ativos + simples</b>
<b>Ministério</b>	M. da Justiça
<b>Ministérios envolvidos</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	<p>Adquirir e implementar soluções tecnológicas (SI/TI) em matéria de tratamento de dados e informação sobre bens apreendidos no âmbito de processos judiciais, e permitir a sua interoperabilidade com outras fontes internas e externas de dados e informação.</p>
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## + EFICIENTE

<b>Denominação da medida</b>	<b>Participações criminais +</b>
<b>Ministério</b>	M. da Justiça
<b>Ministérios envolvidos</b>	M. da Administração Interna, M. da Administração Interna, M. da Economia, M. da Economia
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Uniformizar as participações criminais enviadas pelos órgãos de polícia (GNR, PSP; PJ, SEF, e ASAE) através de modelos que sejam preenchidos e encaminhados para o Ministério Público por via eletrónica, permitindo fazer a distribuição de uma forma célere e mais eficaz.
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>SmartMCTES</b>
<b>Ministério</b>	M. da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
<b>Ministérios envolvidos</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Criar uma plataforma interna partilhada de gestão documental e de processos.
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## + EFICIENTE

<b>Denominação da medida</b>	<b>Intranet.PROF</b>
<b>Ministério</b>	M. da Educação
<b>Ministérios envolvidos</b>	
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Desenvolver um Portal interno que contenha um repositório organizado nomeadamente, legislação que tenha sido alterada, orientações e diretrizes incluindo esclarecimentos, interpretações e FAQ's, para os agentes de educação.
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Transfusões e transplantes integrados</b>
<b>Ministério</b>	M. da Saúde
<b>Ministérios envolvidos</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Integrar através da plataforma de interoperabilidade a informação e conjuntos de base de dados associadas ao Sistema Nacional de Hemovigilância, ao Sistema Nacional de Biovigilância e Banco Público de Sangue do Cordão Umbilical (ASIS, RPT, LUSOT, BPCCU), de forma a garantir o acesso integrado aos dados das diferentes atividades num processo clínico ou laboratorial associado.
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## + EFICIENTE

<b>Denominação da medida</b>	<b>Compras Públicas na Saúde - Simplificação do processo de gestão de compras internas da SPMS</b>
<b>Ministério</b>	M. da Saúde
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Desenvolver uma plataforma integrada de registo e monitorização do circuito de compra pública na saúde (desde o pedido até à fase de execução de contrato). Esta medida integra, nomeadamente a fase de desenvolvimento de um software que monitoriza o ciclo completo de compra, permitindo a agregação de forma simples e parametrizável dos seus conteúdos, recorrendo à integração com aplicações internas das atividades dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde.
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Transfusão@doc</b>
<b>Ministério</b>	M. da Saúde
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Desenvolver software de apoio à transfusão de sangue e componentes sanguíneos. Esta aplicação contribuirá nomeadamente para: a) Melhorar a comunicação entre a área clínica e o laboratório; b) Registo uniforme do diagnóstico e justificação do motivo da transfusão; c) Saber o destino final do sangue (epidemiologia da transfusão).
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## + EFICIENTE

<b>Denominação da medida</b>	<b>NIPIM@R: Vigilância e monitorização integrados</b>
<b>Ministério</b>	M. do Mar
<b>Ministérios envolvidos</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	<p>Implementar uma solução operacional, legal e tecnológica - Nó Integrado de Partilha de Informação do Mar (NIPIM@R) - que assegure a partilha de informação ao nível nacional, que contribuirá para a implementação do Common Information Sharing Environment (CISE) da UE e da Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020. Esta possibilitará, nomeadamente:</p> <p>a) A convergência de acesso aos dados da vigilância marítima/atividades humanas no mar, com os da monitorização do meio marinho, incluindo interfaces com serviços de observação da terra e de informação geográfica;</p> <p>b) Aumentar a interoperabilidade entre os parceiros nacionais com competências na vigilância e monitorização marítima.</p>
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>+ Revoga</b>
<b>Ministério</b>	M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Ministérios envolvidos</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Declaração da cessação de vigência de legislação obsoleta, entre 1981 e 1985.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Programa do Governo

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA + EFICIENTE

<b>Denominação da medida</b>	<b>Quinta + próxima</b>
<b>Ministério</b>	M. da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural
<b>Ministérios envolvidos</b>	M. da Justiça, M. da Administração Interna, M. da Saúde, M. da Educação, M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	<p>Criar uma bolsa de contratação de fornecedores de produtos agroalimentares, com o objetivo de encurtar o tempo e a distância entre a produção e o consumo, garantindo uma melhor qualidade dos produtos.</p> <p>Esta medida será implementada com um projeto piloto entre uma DRAP regional e uma instituição pública.</p>
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX e pontos focais





AO LONGO  
DA VIDA

# AO LONGO DA VIDA

<b>Denominação da medida</b>	<b>CNAIM Móvel</b>
<b>Ministério</b>	M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Implementar um serviço móvel de atendimento do Centro Nacional de Apoio ao Imigrante, tendo por finalidade dar resposta em locais onde não exista a presença física deste Centro.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>Agenda para Uma Vida Intercultural</b>
<b>Ministério</b>	M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Plataforma com informação sobre iniciativas, eventos, datas comemorativas e projetos interculturais e interreligiosos, com possibilidade de integração com a agenda de cidadão, bem como geo-referenciação e informação sobre restaurantes, galerias, locais de culto, festivais, fóruns, e outros, de natureza intercultural e/ou interreligiosa no País.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# AO LONGO DA VIDA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Prociv Participa</b>
<b>Ministério</b>	M. da Administração Interna
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Criar plataforma <i>online</i> , aberta ao cidadão através de registo, para inserção de ideias e propostas, relacionadas com proteção de pessoas e bens, que entendam que a ANPC deverá implementar.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>IGAI <i>online</i></b>
<b>Ministério</b>	M. da Administração Interna
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Permitir ao cidadão que faça uma reclamação relativa a elementos das forças e serviços de segurança e outros serviços do MAI ou tenha alguma dúvida sobre reclamações pendentes. Ficará ainda disponível o atendimento eletrónico por meio do Serviço de Atendimento ao Cidadão <i>online</i> .
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# AO LONGO DA VIDA

<b>Denominação da medida</b>	<b>SEF Pagamento + Simples</b>
<b>Ministério</b>	M. da Administração Interna
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Implementar o DUC através da interoperabilidade entre as aplicações informáticas SEF e as aplicações da Rede de Cobranças do Estado geridas pelo IGCP. Pretende-se ainda privilegiar o pagamento automático no atendimento ao cidadão.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>App GNR</b>
<b>Ministério</b>	M. da Administração Interna
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Desenvolver uma aplicação para <i>smartphone</i> e criar versão <i>mobile</i> no site da GNR. Será possível, nomeadamente ficar a conhecer as principais ocorrências criminais, acidentes de viação, vias intransitáveis ou pontos de circulação a evitar devido a fogos, cheias, aluimentos, derrocadas, crianças desaparecidas, eventos festivos e desportivos entre outros, georreferenciadas, por rua, estrada, caminho, frequência, concelho e distrito, entre outras. Permitirá ainda uma interação <i>online</i> com troca de SMS e com opção de videochamada nos dois sentidos, devidamente georreferenciada e com elementos essenciais de segurança.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# AO LONGO DA VIDA

<b>Denominação da medida</b>	<b>E-posto GNR</b>
<b>Ministério</b>	M. da Administração Interna
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Instalação de espaços multimédia nos postos da GNR onde, para além de uma ligação à Sala de Situação, poderia também ser disponibilizada informação institucional na área do SEPNA (incêndios florestais, pesca, caça, etc.), na área dos Programas Especiais e outros que interessem aos cidadãos. Poderá também ser disponibilizado um formulário para pedidos de informação por parte do cidadão.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>Documentos Financeiros da PSP + acessíveis</b>
<b>Ministério</b>	M. da Administração Interna
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	<p>Disponibilizar um portal financeiro no sítio da PSP que permita aos cidadãos e às empresas que requisitem serviços à PSP, aceder à faturação, aos comprovativos de pagamentos, à conta corrente e à atualização de dados de cliente.</p> <p>Paralelamente pretende-se assegurar as notificações para cidadãos, empresas e serviços da Administração Pública que requisitem serviços à PSP, através de SMS e mensagens de correio eletrónico, por subscrição, que lhes permita saber, em tempo real, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) o prazo para o pagamento da fatura com indicação de que esta já se encontra disponível no Portal da PSP;</li> <li>b) a data a partir da qual se encontra disponível no Portal da PSP, o recibo comprovativo do pagamento.</li> </ul>
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# AO LONGO DA VIDA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Nacionalidade <i>online</i> + simples</b>
<b>Ministério</b>	M. da Justiça
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	<p>Permitir a entrega de pedidos de nacionalidade portuguesa, através da internet, na plataforma digital da Justiça, onde será possível anexar os documentos que fundamentam o pedido e realizar o respetivo pagamento.</p> <p>Permitir ainda aos requerentes da nacionalidade, mediante a disponibilização de uma <i>password</i> gerada no momento da criação do processo, acompanhar e consultar <i>online</i> as várias fases do processo de aquisição da nacionalidade, desde o momento do seu início até à sua conclusão, possibilitando o acesso à informação atual sem necessidade de recorrer ao serviço.</p> <p>Será ainda simplificado, e na medida do possível automatizado o procedimento de atribuição da nacionalidade.</p>
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>Os meus prédios</b>
<b>Ministério</b>	M. da Justiça
<b>Em colaboração com</b>	M. das Finanças
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	<p>Disponibilizar de forma consolidada ao interessado, através do Balcão Único do Prédio, a informação existente relativa ao seu prédio, apenas, numa primeira fase, para os municípios abrangidos pelo projeto piloto do cadastro simplificado.</p> <p>Pretende-se tornar mais clara e mais transparente a informação, hoje dispersa, e facilitar a promoção da sua harmonização pelo interessado quando tal seja necessário.</p>
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# AO LONGO DA VIDA

<b>Denominação da medida</b>	<b>APP Resolução alternativa de litígios</b>
<b>Ministério</b>	M. da Justiça
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	<p>Disponibilizar uma aplicação móvel que visa propiciar aos cidadãos e empresas acesso mais facilitado aos meios de resolução alternativa de litígios à sua disposição em todo o território nacional e em função do tipo de conflito. Esta aplicação irá permitir, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) facilitação da apresentação de conflito sem necessidade de autenticação;</li> <li>b) identificação por geolocalização dos meios RAL disponíveis na área do cidadão apresentante do conflito;</li> <li>c) utilização de geolocalização para a empresa/requerido/demandado ser notificada da tentativa de resolução amigável do litígio;</li> <li>d) recolha de elementos multimédia que ajudem a demonstrar o fundamento da pretensão do requerente/reclamante;</li> <li>e) autenticação após apresentação do pedido para consulta do processo;</li> <li>f) utilizar a chave móvel digital;</li> <li>g) Receção de notificações quando ocorrerem eventos nos processos associados;</li> <li>h) Consulta de processos e prática de atos processuais após autenticação primária ou secundária.</li> </ul>
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>Pagamento na hora</b>
<b>Ministério</b>	M. do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	<p>Disponibilizar na Segurança Social Direta funcionalidade para obtenção de documento de pagamento voluntário de contribuições e prestações. Os valores a serem pagos, de contribuições e prestações, são apresentados ao cidadão e à empresa de forma estruturada e conforme a natureza de cada valor.</p>
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais



# AO LONGO DA VIDA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Stop Penhora Bancária Hora</b>
<b>Ministério</b>	M. do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Criar um serviço para gestão <i>online</i> da comunicação e levantamento de penhoras bancárias.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>WiFi no MTSSS</b>
<b>Ministério</b>	M. do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Alargar a rede de <i>WiFi</i> a todos os organismos do MTSSS e aos atendimentos presenciais da Segurança Social.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# AO LONGO DA VIDA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Gestão <i>online</i> de planos prestacionais</b>
<b>Ministério</b>	M. do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Disponibilizar na Segurança Social Direta serviços de gestão <i>online</i> dos planos prestacionais no âmbito de dívida em cobrança coerciva. Nomeadamente, pedido de acordos <i>online</i> e acompanhamento do pedido.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>Fidelização + acessível</b>
<b>Ministério</b>	M. do Planeamento e das Infraestruturas
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Criar uma aplicação que permita aos clientes de contratos de comunicações saber quanto tempo falta para acabar o período de fidelização dos respetivos contratos.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# AO LONGO DA VIDA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Comunicações eletrónicas + simples</b>
<b>Ministério</b>	M. do Planeamento e das Infraestruturas
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Criar uma Ficha de Informação Simplificada com o objetivo de transmitir ao consumidor toda a informação essencial à formação da sua vontade de contratar, de maneira sintética e abreviada, no âmbito dos contratos de telecomunicações, bem como promover a substituição dos contratos em papel por contratos eletrónicos assinados eletronicamente.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>Conteúdos + Seguros</b>
<b>Ministério</b>	M. do Planeamento e das Infraestruturas
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Criar um mecanismo de confirmação da ativação e subscrição de serviços de conteúdos eletrónicos (como sejam toques, imagens, jogos), de forma a garantir que a subscrição dos mesmos ocorre de forma livre e consciente. Tal mecanismo permitirá ainda a desativação dos serviços subscritos.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# AO LONGO DA VIDA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Cartografia RAN online</b>
<b>Ministério</b>	M. da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2020
<b>Descrição</b>	Permitir que todos os cidadãos possam aceder eletronicamente à informação cartográfica. Poderão aceder a informação cartográfica, nomeadamente : a) Reserva Agrícola Nacional; b) Limites e áreas dos Aproveitamentos Hidroagrícolas.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>MAI Mobile +</b>
<b>Ministério</b>	M. da Administração Interna
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Integrar na <i>app</i> MAI Mobile informações e notificações no âmbito da Proteção Civil, para Portugal Continental.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais e processo participativo interno à Administração Pública

# AO LONGO DA VIDA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Apoio ao Cliente + Eficiente na Transtejo e Soflusa</b>
<b>Ministério</b>	M. do Ambiente
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Desenvolver uma aplicação móvel de comunicação entre a Transtejo, a Soflusa e os cidadãos, nomeadamente com as seguintes funcionalidades: a) Horários em tempo real; b) Notificações automáticas em caso de supressão, atraso ou alteração de horários; c) Cálculo do tempo e custo de viagem; d) Informação adicional sobre serviços diversos; e) Formulário de "perdidos e achados".
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais e processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Comunicação + Eficaz no Metropolitano de Lisboa</b>
<b>Ministério</b>	M. do Ambiente
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Desenvolver uma plataforma informática para gestão e divulgação da informação em tempo real aos cidadãos, através do website do Metropolitano de Lisboa, S.A.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais e processo participativo interno à Administração Pública

# AO LONGO DA VIDA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Autos de Notícia Simplificados nos Transportes Públicos Coletivos do Porto</b>
<b>Ministério</b>	M. do Ambiente
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Desmaterializar a emissão de autos de notícias nos transportes públicos coletivos do Porto, STCP e Metro do Porto, com recurso a equipamentos móveis e leitura automática do cartão de cidadão.
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais e processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Apoio ao Cliente + Eficiente no Metro do Porto</b>
<b>Ministério</b>	M. do Ambiente
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Desenvolver e adaptar o site e aplicação móvel da Metro do Porto, S.A., para comunicação e interação com os cidadãos, incluindo, nomeadamente, a disponibilização de informações em tempo real de avisos de perturbações, emissão de justificações de atrasos na circulação, consulta de horários e tarifário.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais e processo participativo interno à Administração Pública

# AO LONGO DA VIDA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Plataforma Serviços Zero</b>
<b>Ministério</b>	M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Desenvolver uma plataforma que disponibiliza serviços públicos por mera adesão ou confirmação, desplotando o serviço público sem necessidade de apresentação de pedido.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Gestor de acessos públicos</b>
<b>Ministério</b>	M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Desenvolver um mecanismo que permite aos cidadãos e às empresas, a monitorização do acesso aos seus dados pessoais e empresariais, nomeadamente com funcionalidades de criação, visualização e gestão de autorizações de acesso.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

# AO LONGO DA VIDA

<b>Denominação da medida</b>	<b>LOLA - A sua assistente na Loja de Cidadão</b>
<b>Ministério</b>	M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Criar um interface digital intuitivo que auxilie o cidadão no encaminhamento para um determinado serviço dentro da Loja de Cidadão e medeie a realização de serviços <i>online</i> através de tutoriais.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Central marcações do Estado</b>
<b>Ministério</b>	M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Disponibilizar de forma centralizada, marcação <i>online</i> de serviços públicos.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública



# AO LONGO DA VIDA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Cartão de pontos do Estado</b>
<b>Ministério</b>	M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	<p>Criar um sistema de atribuição de pontos ao utilizadores pela realização de serviços públicos, nomeadamente:</p> <p>a) Solicitação e adesão de documentos <i>online</i> (certidões <i>online</i>);</p> <p>b) Renovação de documentos <i>online</i> (CC, Carta Condução, DUA);</p> <p>c) Adesão à Chave Móvel Digital;</p> <p>d) Alteração de Morada.</p> <p>Os pontos podem vir a ser utilizados na realização ou acesso a outros serviços públicos.</p>
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Pagamento em prestações no Portal das Finanças</b>
<b>Ministério</b>	M. das Finanças
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Permitir efetuar o pedido de pagamento em prestações de coimas e de execuções fiscais no Portal das Finanças.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

# AO LONGO DA VIDA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Mar + Seguro</b>
<b>Ministério</b>	M. da Defesa Nacional
<b>Em colaboração com</b>	M. do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2020
<b>Descrição</b>	Implementar um sistema de informação integrado de registo e partilha de informação sobre acidentes com pessoas, navios e embarcações no domínio público hídrico (DPH) e no mar, disponibilizando dados através da plataforma de interoperabilidade da Administração Pública a diversos sistemas externos de entidades públicas (Ex: Marinha, Gabinete de Investigação de Acidentes Marítimos e da Autoridade para a Meteorologia Aeronáutica, Autoridade para as Condições do Trabalho, Agência Portuguesa do Ambiente, Instituto Nacional de Estatística, etc.). Pretende-se contribuir, muito significativamente, para o conhecimento sobre a segurança marítima nacional, com impacto direto na segurança dos cidadãos.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Foreign citizen card</b>
<b>Ministério</b>	M. da Administração Interna
<b>Em colaboração com</b>	M. da Presidência e da Modernização Administrativa, M. da Justiça, M. das Finanças, M. do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, M. da Saúde
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Agregar no cartão de residência, a informação equivalente ao Cartão de Cidadão e alargar a sua emissão a todos os estrangeiros que o requeiram - incluindo os do Espaço Schengen.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública



CASA

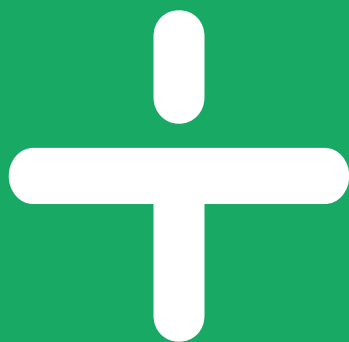
# CASA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Alteração de Morada por Telefone</b>
<b>Ministério</b>	M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Disponibilização do serviço de alteração de morada por telefone, através do Centro de Contacto do Cidadão, com recurso à Chave Móvel Digital (CMD).
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Mudança de Casa passo a passo</b>
<b>Ministério</b>	M. da Justiça
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Elaborar um pacote informativo, a colocar no <i>site</i> do Casa Pronta, com a descrição detalhada de todos os passos a serem dados aquando da aquisição de habitação, nomeadamente no que se refere a contratos de água, luz, gás, comunicações, seguros e impostos; esclarecimentos a prestar com a entrega do formulário aos interessados no final do procedimento Casa Pronta.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

# CASA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Mais Informação sobre Habitação - Guias Digitais dos Programas de Apoio</b>
<b>Ministério</b>	M. do Ambiente
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	<p>Criar um pacote informativo, em formato digital, relativo a diferentes programas de apoio à habitação, nomeadamente:</p> <p>a) 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação;</p> <p>b) Porta de Entrada - Programa de Apoio ao Alojamento Urgente;</p> <p>c) Chave na Mão - Programa de mobilidade habitacional para a coesão territorial.</p> <p>Este pacote informativo destina-se a potenciais beneficiários e a todas as entidades envolvidas na aplicação dos apoios (nomeadamente, empresas municipais, municípios, associações).</p>
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Programa do Governo



EDUCAÇÃO



# EDUCAÇÃO

<b>Denominação da medida</b>	<b>REPE.app</b>
<b>Ministério</b>	M. dos Negócios Estrangeiros
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	<p>Criar uma aplicação que facilite a ligação entre escolas, professores, pais e alunos da Rede Ensino de Português no Estrangeiro, nomeadamente para a gestão de renovações e matrículas, consulta de sumários, assiduidade e avaliação pelos alunos/encarregados de educação, calendário escolar, entre outras.</p> <p>Esta medida está associada ao desenvolvimento da plataforma de Gestão do ensino da Rede de Ensino de Português no Estrangeiro, cujos destinatários abrangem os alunos, encarregados de educação, professores, coordenadores, Unidades Orgânicas na área da Língua.</p>
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>Central de pagamentos IPDJ</b>
<b>Ministério</b>	M. da Educação
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	<p>Disponibilizar um sistema digital integrado de pagamentos e de receitas do IPDJ - Instituto Português do Desporto e Juventude, relacionados nomeadamente com contratos-programa, bolsas e protocolos.</p> <p>Será uma ferramenta que irá permitir várias operações financeiras nomeadamente, parametrizar prazos de pagamento e de recebimento assim como obter informações sobre o estado de processamento, emitir avisos e disponibilizar meios de pagamento para saldar dívidas, e garantir um tratamento contabilístico mais simples e seguro.</p>
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# EDUCAÇÃO

<b>Denominação da medida</b>	<b>Plataforma NAU</b>
<b>Ministério</b>	M. da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Criar uma plataforma NAU - Plataforma <i>Online</i> para Ensino e Formação a Distância de Grandes Audiências, destinada à publicação e dinamização de conteúdos formativo <i>online</i> , especialmente destinados para a Administração Pública, permitindo desenvolver ações de formação para um maior número de funcionários e cidadãos.
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Extranet Erasmus+</b>
<b>Ministério</b>	M. da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
<b>Em colaboração com</b>	M. da Educação, M. do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Desenvolver a Extranet/ferramenta CRM (Customer Relation Manager), que irá permitir uma partilha de informação mais personalizada entre a Agência Nacional <i>Erasmus</i> e as entidades beneficiárias.
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

# EDUCAÇÃO

<b>Denominação da medida</b>	<b>Rede InluIES</b>
<b>Ministério</b>	M. da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Agregar toda a informação caracterizadora das infraestruturas e serviços de apoio das instituições de ensino superior, disponibilizando de forma acessível a informação relevante para cidadãos com necessidades especiais e dinamizando uma rede de apoio inclusiva no ensino superior.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Biblioteca Comum</b>
<b>Ministério</b>	M. da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Criar um serviço de pesquisa bibliográfica, num ponto único de acesso, dos catálogos das bibliotecas das Instituições de Investigação e Ensino Superior, disponível para todos os cidadãos em acesso livre. Esta implementação viabiliza a disponibilização de serviços de âmbito nacional entre instituições, contribuindo para a partilha e racionalização de recursos e potenciando o acesso ao conhecimento e informação científica.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

# EDUCAÇÃO

<b>Denominação da medida</b>	<b>Plataforma @LOGON</b>
<b>Ministério</b>	M. da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2020
<b>Descrição</b>	Criar uma plataforma informática de desmaterialização dos processos no âmbito da gestão da informação de interesse histórico nas áreas arquivísticas, bibliográficas e museológicas.
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Plataforma integrada de apoio à publicação científica</b>
<b>Ministério</b>	M. da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2020
<b>Descrição</b>	Criar uma plataforma para a modernização e gestão integrada do ciclo de vida editorial das revistas científicas em acesso aberto e para a mediação do registo e indexação em plataformas nacionais e internacionais.
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

# EDUCAÇÃO

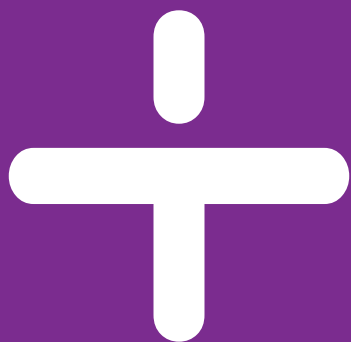
<b>Denominação da medida</b>	<b>DRD - Diretório de Repositórios Digitais</b>
<b>Ministério</b>	M. da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
<b>Em colaboração com</b>	M. da Cultura
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2020
<b>Descrição</b>	Criar um Diretório de Repositórios Digitais, que visa facilitar o conhecimento e o acesso livre a conteúdos de carácter científico e cultural para toda a sociedade. O DRD contribuirá para a normalização de estruturas e semânticas, tendo em vista as melhores práticas de curadoria e preservação digital.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Fórum Digital da Juventude e Desporto da CPLP</b>
<b>Ministério</b>	M. da Educação
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Criar um fórum digital que permita a troca de informação relevante entre os vários agentes da Juventude e do Desporto à escala das Comunidades de Países de Língua Portuguesa. Será uma plataforma de promoção de atividades e dinamização de comunidades digitais dos jovens e/ou desportistas que participam nos eventos âncora da Conferência.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

# EDUCAÇÃO

<b>Denominação da medida</b>	<b>Portal das Experiências Culturais</b>
<b>Ministério</b>	M. da Cultura
<b>Em colaboração com</b>	M. da Educação
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	<p>Criar no Portal da Cultura, um módulo que permita, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Consolidar a divulgação da oferta cultural dirigida às escolas e aos alunos.</li> <li>b) Promover a comunicação entre a comunidade educativa e os agentes culturais;</li> <li>c) Recolher e sistematizar informação relativa às áreas educativas e culturais, a partir de um conjunto de indicadores relevantes, com destaque para a avaliação qualitativa de percursos de experiência cultural.</li> </ul>
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Programa do Governo

<b>Denominação da medida</b>	<b>Qual@Escola</b>
<b>Ministério</b>	M. da Educação
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Melhorar a informação disponibilizada ao cidadão através da criação de uma funcionalidade de informação georreferenciada relativa à área de influência de estabelecimentos escolares da rede pública.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX e pontos focais



EMPRESA



# EMPRESA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Atualização direta de Classificações da Atividade Económica</b>
<b>Ministério</b>	M. da Justiça
<b>Em colaboração com</b>	M. do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Desenvolver serviço de interoperabilidade a partilhar através da <i>framework</i> de serviços comuns, que permita receber <i>online</i> a informação do SICAE, referente a CAE's secundários e atualização de CAE's principais. Pretende-se cobrir as entidades não aderentes ao SICAE.
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>Substabelecimentos + simples</b>
<b>Ministério</b>	M. da Justiça
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Simplificar, no âmbito do sistema de informação de suporte à atividade dos tribunais administrativos e fiscais (SITAF), o procedimento de substabelecimento, disponibilizando um formulário específico que permita que os efeitos do substabelecimento se produzam sem necessidade de intervenção de funcionário judicial. Esta solução permitirá também a existência de substabelecimentos temporários, permitindo ao mandatário ou representante em juízo determinar quem receberá notificações ou acederá ao processo em períodos que não o possa fazer, por exemplo por ausência por motivo de férias ou de saúde.
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# EMPRESA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Representante Legal automático no Certificado de Registo Criminal</b>
<b>Ministério</b>	M. da Justiça
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Assegurar, através de ligação eletrónica ao Registo Comercial, a verificação automática do representante legal de pessoas coletivas no pedido de certificado do registo criminal.
<b>Destinatários</b>	Associações, Fundações ou Coletividades
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>Penhoras eletrónicas com AT e IGCP</b>
<b>Ministério</b>	M. da Justiça
<b>Em colaboração com</b>	M. das Finanças
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Desenvolver a comunicação eletrónica entre agentes de execução, tribunais e a Autoridade Tributária ou o IGCP, no âmbito dos processos judiciais executivos e de insolvência e recuperação de empresas, para penhora de títulos geridos pela Autoridade Tributária e pelo IGCP.
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# EMPRESA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Registo de IPSS e Associações Mutualistas + simples</b>
<b>Ministério</b>	M. do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Disponibilizar requerimento <i>online</i> para registo de Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e Associações Mutualistas (AM)
<b>Destinatários</b>	Associações, Fundações ou Coletividades
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>Pagamentos Simplificados Infarmed</b>
<b>Ministério</b>	M. da Saúde
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Disponibilizar meios de pagamento mais seguros e mais facilmente identificáveis, permitindo o pagamento via referências MB e VISA e automatizar e desmaterializar integralmente todo o processo de contabilização da receita (liquidação, cobrança e reconciliação). A ligação entre o Sistema de Receitas e Cobranças de Taxas (SRCT), o Portal de Pagamentos (GWP) e o Sistema de gestão de recursos financeiros em modelo partilhado (Gerfip), permitirá a realização das operações de emissão da nota de pagamento, sua reconciliação, realização das operações de liquidação e de cobrança de forma totalmente automática sem necessidade de alocação de RH a estas operações
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# EMPRESA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Sistema de Gestão de Avaliação do Medicamento + simples</b>
<b>Ministério</b>	M. da Saúde
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Criar um sistema de informação que permita a gestão de todos os pedidos de pareceres de avaliação sobre medicamentos numa única plataforma harmonizando a forma de acesso e interação dos avaliadores com o Infarmed, permitindo paralelamente a melhoria da monitorização da atividade de avaliação e consequentemente uma melhor resposta aos titulares de autorização de introdução de medicamentos (TAIM).
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>Portugal 2020 - Fundos para si?</b>
<b>Ministério</b>	M. do Planeamento e das Infraestruturas
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Disponibilizar uma ferramenta de apoio <i>online</i> que permite aos potenciais candidatos aos fundos do Portugal 2020, saber qual o fundo mais adequado ao seu projeto, através do preenchimento de ficha, nomeadamente com a descrição simplificada do projeto a desenvolver, informação sobre a área do projeto e a sua localização geográfica. Esta funcionalidade permitirá, ainda, a criação de alertas para futuros avisos de concurso ou para acesso a outros programas da União Europeia.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# EMPRESA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Portugal 2020 - Uma só Vez</b>
<b>Ministério</b>	M. do Planeamento e das Infraestruturas
<b>Em colaboração com</b>	M. das Finanças, M. da Economia
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Simplificar a informação solicitada aos candidatos e aos beneficiários dos Programas Portugal 2020, nomeadamente relativa a: a) Enquadramento em sede de IVA no cadastro do contribuinte, relevante na análise da candidatura e dos pedidos de pagamento; b) Dados constantes da Informação Empresarial Simplificada (IES), relevante na análise da candidatura.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>Balcão Único Eletrónico do Sistema Petrolífero Nacional</b>
<b>Ministério</b>	M. da Economia
<b>Em colaboração com</b>	M. do Planeamento e das Infraestruturas
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Implementar uma nova arquitectura de sistema, que permita o alargamento da plataforma eletrónica a novas entidades públicas, novas funcionalidades bem como reforço da capacidade de tratamento de dados sobre o setor energético alimentando as competências legais de cada uma das entidades envolvidas.
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# EMPRESA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Animação Turística + simples</b>
<b>Ministério</b>	M. da Economia
<b>Em colaboração com</b>	M. do Ambiente, M. do Planeamento e das Infraestruturas, M. do Mar
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2020
<b>Descrição</b>	Levantar e diagnosticar as necessidades de agilização de acesso e exercício da atividade de animação turística, implementando as respetivas soluções nomeadamente, redefinindo os procedimentos com vista a um título único, ou clarificação de incorretas interpretações da legislação.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>+ Informação na Plataforma eGAR</b>
<b>Ministério</b>	M. do Ambiente
<b>Em colaboração com</b>	M. da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Desmaterializar as guias de transporte de subprodutos animais e efluentes pecuários e sua emissão através da Plataforma eGAR.
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# EMPRESA

<b>Denominação da medida</b>	<b>+ Informação no LUA</b>
<b>Ministério</b>	M. do Ambiente
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Desenvolver um sistema informático que permita uma melhor comunicação e informação relativa ao Licenciamento Único Ambiental e à utilização dos Recursos Hídricos.
<b>Destinatários</b>	Associações, Fundações ou Coletividades
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>DGEG + próxima de SI</b>
<b>Ministério</b>	M. da Economia
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Desmaterializar e simplificar os processos de licenciamento, registo e procedimento prévio à atribuição de concessões no domínio geológico, concretizada através do Balcão do Empreendedor, tornando toda a atividade mais acessível, com ganhos de eficácia e eficiência para cidadãos e agentes económicos.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# EMPRESA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Pareceres acessíveis na propriedade industrial</b>
<b>Ministério</b>	M. da Justiça
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Tornar públicos os pareceres elaborados pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial que fundamentam as decisões de concessão ou de recusa dos Direitos de Propriedade Industrial.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais e processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Gestão de Dispositivos Médicos + Simples</b>
<b>Ministério</b>	M. da Saúde
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	<p>Criar um sistema de informação único de dispositivos médicos (SIDM) que permitirá uma visão integrada do circuito do dispositivo médico (DM) no mercado nacional desde o fabricante até aos vários distribuidores. O SIDM será um sistema integrado de gestão de informação sobre dispositivos médicos com o objetivo de suportar as atividades de regulação e de fiscalização deste mercado. Este sistema permitirá a desmaterialização da comunicação entre as entidades que operam no sector e o Infarmed.</p> <p>A implementação do SIDM, visa atingir os objetivos de ganhos de eficácia e eficiência interna, simplificar o processo de registo por parte das entidades e operadores do setor, melhorar a comunicação com todas as entidades do sector, Hospitais, Profissionais de saúde e cidadão.</p>
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais e processo participativo interno à Administração Pública



# EMPRESA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Inspeção+ Infarmed</b>
<b>Ministério</b>	M. da Saúde
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	<p>Criar um sistema de informação que permitirá a desmaterialização dos principais processos associados à inspeção de entidades tuteladas pelo Infarmed (Fabricantes, Farmácias, Distribuidores, Hospitais, entre outros) incluindo a comunicação com as entidades.</p> <p>A medida prevê nomeadamente, a desmaterialização dos seguintes processos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Planeamento, programação e monitorização de inspeções e vistorias;</li> <li>b) Programa de monitorização da conformidade de boas práticas fabrico (medicamentos, medicamentos experimentais e substâncias ativas);</li> <li>c) Inspeção/vistoria a entidades tuteladas pelo Infarmed;</li> <li>d) Alertas de Qualidade.</li> </ul> <p>Os principais objetivos da medida são: Aumentar a organização/gestão interna dos processos associados à inspeção, planejar as atividades de inspeção das entidades tuteladas pelo Infarmed com base em indicadores obtidos de acordo com o seu risco, melhorar a comunicação com as entidades tuteladas e disponibilizar mais e melhor informação aos cidadãos de uma forma transparente.</p>
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais e processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Janela Única Aduaneira – Validação de Certificados</b>
<b>Ministério</b>	M. das Finanças
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Permitir a validação automática do Documento Comum de Entrada Veterinário, certificado associado à importação de géneros alimentícios de origem animal.
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

# EMPRESA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Fatura sem papel</b>
<b>Ministério</b>	M. das Finanças
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Regulamentar a possibilidade de dispensa do impressão de faturas.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Licenciamentos + ágeis na Economia Militar</b>
<b>Ministério</b>	M. da Defesa Nacional
<b>Em colaboração com</b>	M. dos Negócios Estrangeiros, M. das Finanças
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2020
<b>Descrição</b>	<p>Desmaterializar, numa 1ª fase, o licenciamento de acesso e exercício à atividade de comércio e indústria de bens e tecnologias militares no âmbito da Lei 49/2009, de 5 de agosto e, numa 2ª fase, desmaterializar todo o processo de licenciamento da transmissão e circulação dos referidos produtos no âmbito da Lei n.º 37/2011 de 22 de junho, nomeadamente:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Disponibilizar às empresas os formulários de licenciamento e reporte da atividade;</li> <li>Desmaterializar a submissão da documentação processual, privilegiando o uso do Balcão do Empreendedor;</li> <li>Tramitar eletronicamente os processos;</li> <li>Garantir a interoperabilidade das entidades, privilegiando a utilização da iAP.</li> </ol>
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

# EMPRESA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Procedimento de comunicação dos saldos + Simples</b>
<b>Ministério</b>	M. da Economia
<b>Em colaboração com</b>	M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Simplificar e harmonizar os procedimentos a que estão sujeitos os operadores económicos, relativos à comunicação de saldos.
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Instrumentos de Apoio à Exportação (1.ª fase)</b>
<b>Ministério</b>	M. da Economia
<b>Em colaboração com</b>	M. dos Negócios Estrangeiros, M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	<p>Identificar quais os mercados para exportação de determinado bem ou serviço com base nas seguintes fases:</p> <p>Numa 1.ª fase, desenvolver uma ferramenta informática assente em modelos econométricos, que permitirá às empresas estimar os seus principais mercados potenciais de exportação, consoante as suas características e dos produtos que comercializam. Esta ferramenta será disponibilizada no "Portal das exportações" bem como na área Espaço Empresa do Portal de Cidadão (em evolução para o futuro Portal de Serviços Públicos).</p> <p>Numa 2.ª fase, esta medida incluirá a disponibilização de informação relevante em matéria informação pautal e da observância dos acordos comerciais, no contexto da política europeia, para empresas que pretendam exportar para países terceiros (inicialmente, sob a forma de piloto, num setor a definir).</p>
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

# EMPRESA

<b>Denominação da medida</b>	<b>COMPETE2020 + Simples: Assinatura Digital</b>
<b>Ministério</b>	M. da Economia
<b>Em colaboração com</b>	M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Generalizar, no âmbito dos sistemas de incentivos às empresas e sempre que exista a necessidade da prática de um ato formal, o uso da assinatura digital (através do Cartão de Cidadão ou da Chave Digital Móvel).
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Geotermia superficial +Simples</b>
<b>Ministério</b>	M. da Economia
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Simplificar o regime legal do aproveitamento dos recursos geotérmicos superficiais, de modo a fomentar o aproveitamento do recurso "calor" a todos os cidadãos. Este calor pode depois ser distribuído, nomeadamente para climatização ou produção de águas quentes sanitárias, ou seja captação e aproveitamento local ao nível de edifícios de serviços (hotéis e similares), ou mesmo ao nível da habitação para as famílias.
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

# EMPRESA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Instalações de elevação + Simples</b>
<b>Ministério</b>	M. da Economia
<b>Em colaboração com</b>	M. da Administração Interna
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Simplificar o regime legal da manutenção e inspeção dos elevadores.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Plataforma Eletrónica para Contraordenações de combustíveis</b>
<b>Ministério</b>	M. da Economia
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Desmaterializar os processos de fiscalização e auditoria na área dos combustíveis, nomeadamente nos postos de abastecimentos, refinarias e locais de armazenamento. Permitir, ainda, o registo de todos os atos praticados pela entidade de supervisão/fiscalização, assim como o controlo das infrações e cobranças.
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

# EMPRESA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Regime Jurídico das Contraordenações Económicas</b>
<b>Ministério</b>	M. da Economia
<b>Em colaboração com</b>	M. da Justiça, M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Propor um regime jurídico para as contraordenações económicas, que estabeleça um procedimento geral e garanta a uniformização das molduras sancionatórias aplicáveis.
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Selo ASAE</b>
<b>Ministério</b>	M. da Economia
<b>Em colaboração com</b>	M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Criar e apor de uma marca distintiva ("selo ASAE") nos estabelecimentos inspecionados pela ASAE nos quais não foram detetadas infrações. A marca distintiva disponibiliza um QR code, através do qual o utilizador poderá aceder a informação sobre o estabelecimento;
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

# EMPRESA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Atendimento aos consumidores e às empresas + Simples</b>
<b>Ministério</b>	M. da Economia
<b>Em colaboração com</b>	M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Desenvolver e disponibilizar um chatbot, para resposta automática a empresas e consumidores relativamente a questões frequentemente colocadas.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Sistema de Emissão de Certificados Verdes</b>
<b>Ministério</b>	M. da Economia
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Implementar um sistema de Certificados Verdes e Garantias de Origem (GO), ou seja certificados eletrónicos que se destinam a comprovar ao consumidor final a quota ou quantidade de energia proveniente de certa fonte através de certa tecnologia, presente no cabaz energético de um determinado fornecedor. Estes certificados vão permitir reunir informação que atualmente se encontra dispersa, assim como fazer uma gestão do consumo de todos os setores.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

# EMPRESA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Agências de viagens - Resolução de litígios+ágil</b>
<b>Ministério</b>	M. da Economia
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Desmaterializar o processo de gestão da Comissão Arbitral em matéria de litígios emergentes do exercício da atividade das agências de viagens e turismo.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Resíduos + Simples</b>
<b>Ministério</b>	M. do Ambiente
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Simplificar a linguagem nas comunicações e informações relativas a matéria de resíduos, para o setor empresarial de pequena e média dimensão.
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública



# EMPRESA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Comunicação + ágil do abate de árvores para a indústria</b>
<b>Ministério</b>	M. da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Desmaterializar o manifesto de abate de árvores para a indústria, apresentado pelos produtores e compradores ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>DGRM 360º</b>
<b>Ministério</b>	M. do Mar
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Desenvolver uma nova solução de comunicação 360º com os clientes da Direção Geral dos Recursos Marítimos, suportada numa plataforma multicanal e de atendimento assistido, permitindo nomeadamente o registo, análise e acompanhamento dos assuntos/questões dos cidadãos e agentes económicos, por forma a garantir uma resposta célere e eficiente às suas necessidades e melhorando a transparência da informação e a modernização do atendimento público.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

# EMPRESA

<b>Denominação da medida</b>	<b>FinMar +</b>
<b>Ministério</b>	M. do Mar
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	<p>Criar uma plataforma que concentra os serviços <i>online</i> da DGPM, e que seja o ponto de contacto único.</p> <p>Esta plataforma vai ter duas componentes distintas, uma vertente de Portal de Serviços, e um sistema de informação de suporte à publicação, à submissão e à gestão das candidaturas e fundos geridos pela DGPM.</p>
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Acelerador de internacionalização digital</b>
<b>Ministério</b>	M. dos Negócios Estrangeiros
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	<p>Criar o subportal para a Internacionalização Digital, agregado ao Portal das Exportações, dedicado ao apoio à entrada das empresas portuguesas nos "eMarkets" internacionais (ex.: a Amazon e Alibaba). Algumas das funcionalidades planeadas são, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Ferramenta de auto-diagnóstico para a internacionalização digital;</li> <li>b) Disponibilizar formação online para definição de estratégias comerciais e de marketing em eCommerce;</li> <li>c) Organizar toda a informação disponível sobre mercados digitais mundiais e sua caracterização;</li> <li>d) Segmentar e aprofundar conhecimento sobre setores no comércio digital, detalhando especificidades geo-localizadas.</li> <li>e) Fomentar a visibilidade dos produtos portugueses em eMarkets de referência;</li> <li>f) Detetar e gerir comunicação de oportunidades nos eMarkets;</li> <li>g) Fornecer produtos de apoio específicos a eMarkets/fileiras;</li> <li>h) Apresentar casos de boas práticas;</li> <li>i) Proporcionar aconselhamento por medida.</li> </ul>
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Programa do Governo

# EMPRESA

<b>Denominação da medida</b>	<b>"Business match making"</b>
<b>Ministério</b>	M. dos Negócios Estrangeiros
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	<p>Criar uma plataforma que irá permitir às empresas portuguesas exporem os seus produtos <i>online</i> para os mercados internacionais, de uma forma mais intuitiva e com um motor de pesquisa mais eficiente. Irá também permitir que as empresas portuguesas exportadoras partilhem experiências e criem novas oportunidades de exportação.</p> <p>Algumas das funcionalidades serão, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Promover o contacto, partilha de experiências e associação entre pares do tecido empresarial português em processo de internacionalização e já internacionalizados;</li> <li>b) Agregar ofertas complementares gerando novos eco-sistemas;</li> <li>c) Alimentar as ligações das empresas internacionalizadas e da diáspora, mantendo dinâmicas de diálogo e retorno;</li> <li>d) Manter e fortalecer a rede InovContacto de forma integrada.</li> </ul>
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Programa do Governo

<b>Denominação da medida</b>	<b>Espaço Empresa Online</b>
<b>Ministério</b>	M. da Economia
<b>Em colaboração com</b>	M. da Presidência e da Modernização Administrativa, M. dos Negócios Estrangeiros, M. das Finanças, M. da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, M. do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, M. do Ambiente
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	<p>Agregar informação atualmente dispersa e disponibilizar novos conteúdos informativos para as empresas, no contexto do desenvolvimento da vertente informativa <i>online</i> do projeto "Espaço Empresa", nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Agregar e divulgar um conjunto de soluções de financiamento em vigor no mercado, direcionadas para as diversas áreas de negócio e de investimento empresarial;</li> <li>b) Criar um espaço de divulgação de empresas e de oportunidades de negócios, dirigido a empresas nacionais ou internacionais;</li> <li>c) Disponibilizar uma plataforma para gestão de oportunidades de compra ou venda de negócios e de ativos de empresas em processos de reestruturação e insolvência, em linha com as melhores práticas internacionais.</li> </ul>
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Programa do Governo e pontos focais

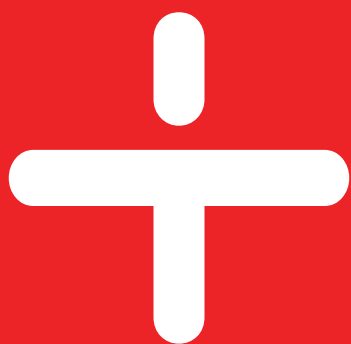
# EMPRESA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Otimizador de investimento</b>
<b>Ministério</b>	M. dos Negócios Estrangeiros
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2020
<b>Descrição</b>	Criar uma ferramenta, disponível para investidores nacionais e estrangeiros, que agrega e cruza indicadores de diversas fontes e entidades que são necessários para as tomadas de decisão na instalação de novos negócios em Portugal. Esta ferramenta permitirá criar <i>rankings</i> , para cada investimento específico, das melhores opções de áreas, regiões e concelhos do país, o que vai resultar na otimização das decisões de investimento.
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Programa do Governo e processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Alfândega + simples</b>
<b>Ministério</b>	M. das Finanças
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Criar uma plataforma, no Portal das Finanças, que permita identificar o estado do processo de desalfandegamento de países extracomunitários.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX

# EMPRESA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Alvarás "Online"</b>
<b>Ministério</b>	M. do Planeamento e das Infraestruturas
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Emitir alvarás de empreiteiro de obras públicas <i>online</i> através do portal do Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção (IMPIC) ou do Balcão do Empreendedor.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX e processo participativo interno à Administração Pública



FAMÍLIA

# FAMÍLIA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Parentalidade + Simples</b>
<b>Ministério</b>	M. do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Implementar serviço <i>online</i> que visa facilitar, agilizar e potenciar a interação entre o Cidadão e a Segurança Social, numa perspetiva automatizada, melhorando significativamente a qualidade dos serviços e otimizando os tempos de resposta associados aos processos de atribuição e manutenção de prestações no âmbito da parentalidade.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>Apoio Social Marinha + próximo</b>
<b>Ministério</b>	M. da Defesa Nacional
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Disponibilizar de forma <i>online</i> os serviços de apoio social da Marinha aos seus beneficiários (militares e familiares), como por exemplo candidaturas a apoio judicial ou inscrição em campos de férias ou atividades lúdicas, desmaterializando, ainda, a tramitação interna dos processos. Pretende-se recorrer à autenticação e assinatura digital com o Cartão de Cidadão e Chave Móvel Digital, à plataforma de interoperabilidade da Administração Pública e o recurso à bolsa de documentos.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública





LAZER

## LAZER

<b>Denominação da medida</b>	<b>Portal da Cultura +</b>
<b>Ministério</b>	M. da Cultura
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	<p>Agregar no Portal da Cultura, nomeadamente as seguintes novas funcionalidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) tradução do portal para inglês;</li> <li>b) informação das atividades no âmbito da ação cultural externa;</li> <li>c) opção de personalização, que incluam pelo menos, a possibilidade de receber informação direta de acordo com as preferências registadas (por estrato etário, disciplina artística, região ou período temporal).</li> <li>d) opção de registo de eventos organizados por entidades externas ao Ministério da Cultura, incluindo de identidades privadas;</li> <li>e) módulo para aquisição de bilhetes para entradas nos equipamentos públicos (museus, palácios e monumentos) e marcações de visitas, bem como nos eventos e espetáculos promovidos por entidades públicas.</li> </ul>
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>APP Cultura</b>
<b>Ministério</b>	M. da Cultura
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	<p>Criar uma aplicação para dispositivos móveis que replique a informação disponibilizada através do Portal da Cultura, incluindo nomeadamente, as seguintes funcionalidades: geofencing, e mecanismos de pesquisa alargada e mecanismos de alertas personalizados.</p>
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais

## LAZER

<b>Denominação da medida</b>	<b>Portuguese Cultural Heritage</b>
<b>Ministério</b>	M. da Cultura
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Criar uma aplicação para dispositivos móveis, designada Portuguese Cultural Heritage que agrega e disponibiliza obra em ultra-alta definição e percursos de visita nos museus, palácios e monumentos nacionais. Será uma porta de entrada para a Cultura Portuguesa, divulgando as principais obras existentes nos acervos públicos. Para além das imagens em ultra-HD deverá disponibilizar meta-dados e descrições contextualizadas de cada uma das obras.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>3L - Livro, Livraria, Leitura</b>
<b>Ministério</b>	M. da Cultura
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Criar uma aplicação móvel, cujos conteúdos, preservando os direitos de autor, promovam o livro, a leitura e as livrarias, sobretudo as livrarias independentes, nomeadamente, com as seguintes funcionalidades: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) realidade virtual (com referências cruzadas e/ou geográficas a obras de autores portugueses ou de autores estrangeiros que refiram locais geográficos portugueses);</li> <li>b) pesquisa de livros e edições lusófonas;</li> <li>c) registos biográficos de autores lusófonos;</li> <li>d) georreferenciação de livrarias;</li> <li>e) geofencing para eventos nas livrarias e bibliotecas públicas, zonas de VR e livrarias independentes.</li> </ul>
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais

## LAZER

<b>Denominação da medida</b>	<b>SS-PSP Estâncias de férias + simples</b>
<b>Ministério</b>	M. da Administração Interna
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Criar um módulo de inscrição dos beneficiários dos serviços sociais da PSP para as Estâncias de Férias/Parque de Campismo. Este módulo será inserido na nova plataforma dos Serviços Sociais da PSP e permitirá desmaterializar o processo de candidatura aos equipamentos sociais tornando-o mais ágil, simplificado e desburocratizado.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais e processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Turismo - Investir+</b>
<b>Ministério</b>	M. da Economia
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Criação de plataforma de divulgação <i>online</i> de imóveis públicos e privados disponíveis para investimento na área do turismo, em articulação com o Portal Imobiliário Público da DGTF.
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

# LAZER

<b>Denominação da medida</b>	<b>Exames <i>online</i> na Náutica de Recreio</b>
<b>Ministério</b>	M. do Mar
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Desenvolver uma solução informática para a realização dos exames teóricos dos navegadores da Náutica de recreio. Esta nova solução terá uma integração direta com o Balcão Eletrónico do Mar que permitirá agilizar a emissão das respetivas cartas de navegador recreio.
<b>Destinatários</b>	
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública



MORTE



# MORTE

<b>Denominação da medida</b>	<b>Comunicação do óbito automático</b>
<b>Ministério</b>	M. da Justiça
<b>Em colaboração com</b>	M. do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Desenvolver serviço de interoperabilidade, a partilhar através da <i>framework</i> de serviços comuns, que permita informar de uma forma mais célere e segura os óbitos e as datas de óbito a vários organismos públicos. O serviço pretende cobrir as situações de óbito dos cidadãos ainda portadores de BI.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais



REFORMA

# REFORMA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Pensões +Próximas</b>
<b>Ministério</b>	M. do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Disponibilizar na Segurança Social Direta funcionalidade para apresentação de pedidos de pensões, permitindo ao cidadão acompanhar o respetivo processo de atribuição.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais



SAÚDE

# SAÚDE

<b>Denominação da medida</b>	<b>Tenho uma incapacidade</b>
<b>Ministério</b>	M. do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
<b>Em colaboração com</b>	M. da Saúde, M. da Educação, M. da Presidência e da Modernização Administrativa, M. das Finanças, M. da Justiça
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Concentrar num único espaço digital toda a informação relevante para quem experiencie (ou tenha alguém próximo que experiencie) um evento que o coloque confrontado com a situação de incapacidade permanente ou temporária (por exemplo, uma deficiência motora ou sensorial ou uma doença crónica). Apoiar a pessoa na busca dos diversos tipos de apoios disponíveis para o seu quotidiano.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>Ciência Aberta no SNS</b>
<b>Ministério</b>	M. da Saúde
<b>Em colaboração com</b>	M. da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Disponibilizar o acesso à Biblioteca do Conhecimento (B-ON) a todos os profissionais de saúde do SNS - Serviço Nacional de Saúde e criar o "Repositório Comum da Saúde", através do Repositório Científico de Acesso Aberto Portugal (RCAAP), que irá permitir a promoção do conhecimento e potencial científico, tecnológico nacional no domínio da saúde.
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais

## SAÚDE

<b>Denominação da medida</b>	<b>Interoperabilidade do Registo Português de Transplantação</b>
<b>Ministério</b>	M. da Saúde
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Integrar automaticamente os dados clínicos e laboratoriais hospitalares e respetiva monitorização contínua dos processos de doação e acompanhamento dos doentes pós transplante. A desmaterialização é efetuada tendo por base a criação de um histórico laboratorial do doente transplantado no RPT.
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais e processo participativo interno à Administração Pública

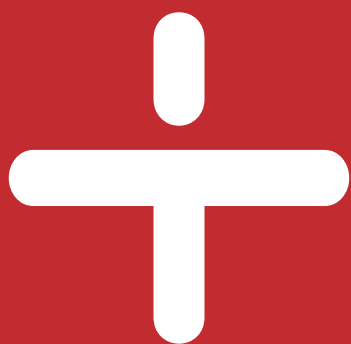
<b>Denominação da medida</b>	<b>Acessibilidade e Usabilidade WEB na Saúde</b>
<b>Ministério</b>	M. da Saúde
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Implementar normas e modelos comuns para uniformização do aspeto gráfico e usabilidade dos serviços eletrónicos da saúde. Esta medida visa garantir a melhoria da acessibilidade dos serviços eletrónicos (usabilidade, performance e fiabilidade), fomentando a proximidade, redução dos custos de contexto e a participação ativa dos cidadãos.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais e processo participativo interno à Administração Pública



## SAÚDE

<b>Denominação da medida</b>	<b>Cartão Digital de Dador de Sangue</b>
<b>Ministério</b>	M. da Saúde
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Possibilitar o acesso ao histórico de dádivas de sangue, a dadores e instituições (IPST, hospitais e centros de saúde) de uma forma mais descentralizada e eficiente (na hora), bem como desmaterializar a emissão da declaração para efeitos de isenção de taxa moderadora, reduzindo o volume de documentos em papel associados à emissão da declaração minimizando os recursos humanos e financeiros alocados. Tecnicamente, a medida consiste na criação de um interface para acesso ao registo de dádivas por dador e entidade assente na interligação ao sistema informático dos hospitais, IPST e centros de saúde possibilitando o acesso direto e a visualização automática desta informação (patente no Cartão Nacional de Dador).
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>APP INEM</b>
<b>Ministério</b>	M. da Saúde
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Disponibilizar ao cidadão e às empresas um canal de informação interativo com ênfase nas áreas de promoção da saúde (ex. conselhos úteis do INEM - Instituto Nacional de Emergência Médica na área dos primeiros socorros/intoxicações), transparência (ex. informação estatística sobre a atividade do INEM), notícias e informação úteis (realização de campanhas formativas em Suporte Básico de Vida dirigidos à população), localização dos meios de emergência médica, localização dos DAE - Desfibrilhador Automático Externo, em espaços públicos e disponibilização de uma área reservada aos profissionais do INEM (ex. consulta de protocolos de atuação em tempo real).
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública



TRABALHO

# TRABALHO

<b>Denominação da medida</b>	<b>AT e SS em linha com IPSS</b>
<b>Ministério</b>	M. das Finanças
<b>Em colaboração com</b>	M. do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Desburocratizar os pedidos de reembolso de IVA suportado pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), permitindo que a Segurança Social aceda à informação recolhida pelas Finanças.
<b>Destinatários</b>	Associações, Fundações ou Coletividades
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>Integração entre o Recenseamento Nacional dos Bombeiros Portugueses (RNBP) e o in Forma</b>
<b>Ministério</b>	M. da Administração Interna
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Integrar automaticamente, em tempo real, as duas plataformas de registo e controlo das ações de formação a bombeiros e Corpos de Bombeiros, isto é o Recenseamento Nacional dos Bombeiros Portugueses (RNBP), gerido pela ANPC, e a in Forma, gerida pela Escola Nacional de Bombeiros (ENB) mantendo em simultâneo a informação atualizada sem dependência de processos manuais.
<b>Destinatários</b>	Associações, Fundações ou Coletividades
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# TRABALHO

<b>Denominação da medida</b>	<b>Registo Criminal Digital e Permanente</b>
<b>Ministério</b>	M. da Justiça
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Disponibilizar a informação do Registo Criminal atualizada, mediante consulta com o código de acesso, durante um período de validade variável.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>Contratação I&amp;D + simples</b>
<b>Ministério</b>	M. da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
<b>Em colaboração com</b>	M. do Planeamento e das Infraestruturas, M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Criar um enquadramento legal que permita uma simplificação e agilização da contratação pública para atividades de I&D.
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# TRABALHO

<b>Denominação da medida</b>	<b>Novo Regime Trabalhadores Independentes On-line</b>
<b>Ministério</b>	M. do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Criar serviços na Segurança Social Direta que possibilite aos trabalhadores independentes cumprir com as obrigações declarativas e contributivas através do canal web e consultar em qualquer momento a sua situação.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>Carreira Contributiva + Integrada</b>
<b>Ministério</b>	M. do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Criar nova funcionalidade na Segurança Social Direta que possibilite a consulta pelo cidadão da sua carreira contributiva de forma integrada, ou seja, disponibilização da carreira dos diferentes regimes (CGA, Segurança Social, Pensões no estrangeiro, pensões do serviço militar obrigatório e caixa dos advogados), com possibilidade de realizar pedidos de atualização da carreira contributiva.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# TRABALHO

<b>Denominação da medida</b>	<b>Gestão do Relacionamento - Visão 360º</b>
<b>Ministério</b>	M. do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Implementar solução de suporte ao relacionamento do Cidadão e/ou do Agente económico que permitirá a integração de todos os canais de comunicação, resultando numa visão holística do cidadão ou empresa e o seu relacionamento com a Segurança Social.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>Gestão online de conta bancária</b>
<b>Ministério</b>	M. do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Disponibilizar na Segurança Social Direta funcionalidade para gestão de conta bancária, por parte de cidadãos e empresas, no que respeita a pagamentos a realizar pela Segurança Social ao cidadão/agente económico com validação da titularidade da conta bancária.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# TRABALHO

<b>Denominação da medida</b>	<b>Ges-EQUS</b>
<b>Ministério</b>	M. da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	<p>Promover a reengenharia de sistema informático (SNIRA) para apoio à identificação e registo de equídeos em Portugal, permitindo nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Desmaterializar os procedimentos;</li> <li>b) Aceder diretamente e facilitar os registos por parte do proprietário de equídeos na base de dados nacional;</li> <li>c) Interoperabilidade com outras bases de dados (por exemplo: sanitárias, livros genealógicos, gestão de prémios);</li> <li>d) Melhorar a eficiência e eficácia dos processos;</li> <li>e) Implementação de sistema de informação integrada para o setor equídeo, que permita uma eficaz gestão de identificação e registo de equídeos, desde o nascimento até à sua morte.</li> </ul>
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>Planos de Gestão Florestal + céleres</b>
<b>Ministério</b>	M. da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Desmaterializar a submissão dos Planos de Gestão Florestal, através da criação de um módulo específico disponível no portal do ICNF.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais



# TRABALHO

<b>Denominação da medida</b>	<b>Gestão do ciclo de vida dos agentes da cooperação</b>
<b>Ministério</b>	M. dos Negócios Estrangeiros
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Criar plataforma que permita gerir o ciclo de vida dos agentes de cooperação, nomeadamente nas fases de candidatura, reconhecimento, equiparação e registo de contratos com agentes de cooperação. Assim será possível agregar toda a informação relativa aos agentes, melhorando o processo administrativo o que gera uma maior eficiência nos serviços.
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Serviço automático de estatísticas</b>
<b>Ministério</b>	M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Disponibilizar um catálogo <i>online</i> de indicadores estatísticos disponíveis no Banco de Dados de Difusão (BDD) do INE.
<b>Destinatários</b>	Associações, Fundações ou Coletividades
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

# TRABALHO

<b>Denominação da medida</b>	<b>PT LAW</b>
<b>Ministério</b>	M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Disponibilizar um conjunto alargado de diplomas, traduzidos em língua inglesa, que permitam ao investidor estrangeiro ter um conhecimento suficientemente amplo, do ordenamento jurídico português em matérias essenciais, nomeadamente o licenciamento, legislação comercial, fiscal e benefícios fiscais, laboral, ambiental, mercado de capitais, entrada e saída de cidadãos estrangeiros.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Estagiar na Marinha +</b>
<b>Ministério</b>	M. da Defesa Nacional
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Disponibilizar <i>online</i> os serviços de candidatura e seleção a estágios que a Marinha e Autoridade Marítima Nacional promovem junto dos jovens em diferentes níveis de educação, concentrando numa única plataforma digital todas as fases do processo, desde o planeamento, a divulgação, as candidaturas, a seleção, a integração, o acompanhamento, a avaliação e o encerramento. Pretende-se recorrer à autenticação e assinatura digital com o Cartão de Cidadão e Chave Móvel Digital, à plataforma de interoperabilidade da Administração Pública e o recurso à bolsa de documentos.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

# TRABALHO

<b>Denominação da medida</b>	<b>Certificado de aferição da idoneidade para trabalhar com menores</b>
<b>Ministério</b>	M. da Justiça
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	<p>Criar uma nova finalidade para o Certificado do Registo Criminal, destinada à aferição regular da idoneidade para o exercício de funções que envolvam contacto regular com menores, por forma a permitir nomeadamente:</p> <p>a) Simplificação da forma de obtenção deste certificado, gratuito pelas entidades públicas relativamente aos respetivos trabalhadores;</p> <p>b) Adequação do conteúdo da informação obtida ao fim concretamente prosseguido.</p>
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>PROCIÊNCIA - Programa de simplificação para a utilização de financiamento em investigação e ciência</b>
<b>Ministério</b>	M. da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
<b>Em colaboração com</b>	M. do Planeamento e das Infraestruturas
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	<p>Implementar um pacote integrado de medidas de simplificação que visam introduzir contextos de racionalidade e simplificação no Portugal 2020 para a área da Ciência, ao nível dos concursos, análise, verificação, avaliação e contratualização, e execução, acompanhamento e encerramento.</p>
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

# TRABALHO

<b>Denominação da medida</b>	<b>Centro de Recursos Digitais para Entidades Desportivas</b>
<b>Ministério</b>	M. da Educação
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	<p>Criar uma plataforma que permita, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) implementar um plano de formação presencial e <i>online</i> em todo o território nacional;</li> <li>b) disponibilizar ferramentas, instrumentos e consultoria de apoio à gestão do clube;</li> <li>c) reconhecer e divulgar as boas práticas em gestão de clubes a fim de promover o mérito e o trabalho em rede;</li> <li>d) implementar um portal de emprego <i>online</i> no setor do desporto;</li> <li>e) promover a cooperação e apoio a projetos existentes.</li> </ul>
<b>Destinatários</b>	Associações, Fundações ou Coletividades
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Comprovativos do Exercício de Atividade Profissional + Simples</b>
<b>Ministério</b>	M. da Economia
<b>Em colaboração com</b>	M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Rever simplificar e desmaterializar, através do Balcão do Empreendedor, o procedimento de emissão de atestados Comprovativos do Exercício da Atividade Profissional, nomeadamente, de carpinteiros e canalizadores.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

# TRABALHO

<b>Denominação da medida</b>	<b>Vistos turísticos+ ágeis</b>
<b>Ministério</b>	M. da Economia
<b>Em colaboração com</b>	M. da Administração Interna, M. dos Negócios Estrangeiros
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Simplificar e agilizar a emissão de Vistos concedidos no Estrangeiro e Autorizações de Residência, tendo em vista a promoção do turismo, do investimento estrangeiro e da economia nacional.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Tempo e Hora Legal online</b>
<b>Ministério</b>	M. da Economia
<b>Em colaboração com</b>	M. da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	<p>Criar uma plataforma eletrónica de disponibilização de serviços de Tempo, que garanta o cumprimento da Diretiva Europeia e atualize e simplifique Portugal, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) que agregue compradores e fornecedores de serviços de tempo, distribuídos por todo o território nacional e com idênticos direitos de acesso;</li> <li>b) que preste um serviço público gratuito para as funções de Estado — incluindo a difusão da cultura científica relativamente ao Tempo — mas pago para as funções de natureza comercial;</li> <li>c) que hierarquize os fornecedores de serviço numa pirâmide da responsabilidade pública, através de certificação conferida por uma única entidade pública que garante a rastreabilidade ao UTC;</li> <li>d) que contribua, através das diversas formas de vivência da cultura, para divulgar e precisar os principais conceitos e realidades associadas ao tempo, o tempo científico e os “tempos” partilhados pela sociedade.</li> </ul>
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

# TRABALHO

<b>Denominação da medida</b>	<b>Diários de Bordo Eletrónicos</b>
<b>Ministério</b>	M. do Mar
<b>Em colaboração com</b>	M. da Defesa Nacional
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Alterar o quadro legal existente de forma a permitir o uso de versões eletrónicas dos diários de bordo (nomeadamente o diário de navegação, o diário de máquinas e o livro de registo de óleos) a bordo dos navios e embarcações com bandeira portuguesa.
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>APP Diário da Pesca</b>
<b>Ministério</b>	M. do Mar
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Criar uma aplicação móvel, que permita o registo mínimo de informação necessária sobre uma viagem de pesca, num formato leve, para as embarcações desta atividade com menos de 12 metros de comprimento. Esta possibilidade será alternativa ao formato papel e a informação será integrada com o Balcão Eletrónico do Mar.
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

# TRABALHO

<b>Denominação da medida</b>	<b>DRE+</b>
<b>Ministério</b>	M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Desenvolver novas funcionalidade na aplicação móvel do Diário da República, nomeadamente, criando um perfil personalizado para cada utilizador e um sistema de alertas (notificações).
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Programa do Governo

<b>Denominação da medida</b>	<b>DREuropa +</b>
<b>Ministério</b>	M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Promover a adesão ao PILAR III do projeto europeu ELI - <i>European Legislation Identifier</i> (identificador da legislação europeia), que tem como objetivo facilitar o acesso, partilha e interconexão de informação legal através de sistemas de informação.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Programa do Governo e processo participativo interno à Administração Pública





VEÍCULOS

# VEÍCULOS

<b>Denominação da medida</b>	<b>RIC no portal das contraordenações</b>
<b>Ministério</b>	M. da Administração Interna
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Agilizar o procedimento do pedido do Registo de Infrações do Condutor, utilizando o Portal das Contraordenações como suporte de operacionalização da medida, tornando mais fácil, simples e cómodo o seu pedido.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>Portal das Contraordenações Rodoviárias + acessível</b>
<b>Ministério</b>	M. da Administração Interna
<b>Em colaboração com</b>	M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Permitir ao cidadão realizar o registo e o acesso ao Portal de Contraordenações Rodoviárias através das credenciais de acesso à autenticação.gov.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# VEÍCULOS

<b>Denominação da medida</b>	<b>IMT ONLINE Mais serviços</b>
<b>Ministério</b>	M. do Planeamento e das Infraestruturas
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Reforço das funcionalidades do IMTOnline, acrescentando novos serviços: a) Criação da autorização especial "na hora" para transportes de grandes dimensões; b) Criação da licença de transporte "na hora" para transporte rodoviário de mercadorias por conta de outrem, passageiros e transporte coletivo de crianças; c) Autorizações, alvarás e licenças de veículos disponibilizados <i>online</i> .
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>Regista +</b>
<b>Ministério</b>	M. da Justiça
<b>Em colaboração com</b>	M. das Finanças, M. do Planeamento e das Infraestruturas
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Permitir que quem vende um veículo possa dispor de novas formas de proteção no caso de não registo pelo novo proprietário, designadamente de receber multas, taxas de autoestrada ou imposto sobre veículos, colocando à sua disposição nomeadamente as seguintes funcionalidades: a) possibilidade de manifestar a posição de não proprietário, com a declaração da data de venda da viatura, identificando o comprador; b) introduzir a possibilidade de alerta ao novo proprietário do limite legal para o registo após a compra; c) enviar alertas sobre o não registo da propriedade pelo comprador ao anterior proprietário, para que este possa, atempadamente, pedir a sua apreensão.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX e processo participativo interno à Administração Pública

# VEÍCULOS

<b>Denominação da medida</b>	<b>APP Mobilidade</b>
<b>Ministério</b>	M. do Planeamento e das Infraestruturas
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Criar uma aplicação do portal IMTonline, nomeadamente com as funcionalidades existentes e com emissão de alertas sobre o estado dos pedidos.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX, pontos focais e processo participativo interno à Administração Pública



# MEDIDAS PLURIANUAIS DO SIMPLEX+2016



# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA + EFICIENTE



# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## + EFICIENTE

<b>Denominação da medida</b>	<b>Interop4all</b>
<b>Ministério</b>	M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Desenvolver uma estratégia de interoperabilidade de gestão documental, permitindo implementar uma solução tecnológica que facilite a comunicação de sistemas de gestão documental entre os serviços e os gabinetes do Governo.
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>Proteção Civil Comunica</b>
<b>Ministério</b>	M. da Administração Interna
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Criar uma nova plataforma de comunicação com o cidadão, no âmbito da Proteção Civil, permitindo a centralização de comunicações voz num único sistema, abolindo as centrais atualmente dispersas, dotando a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) de mecanismos de auditoria de qualidade de serviço e obtendo superior eficiência na exploração dos canais de comunicação voz. Inclui-se a integração com outros sistemas e plataformas, como o site institucional da ANPC, com disponibilização de informação sobre proteção e socorro, que detém forte pendente na informação operacional e estatística, em tempo quase real.
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## + EFICIENTE

<b>Denominação da medida</b>	<b>Plataforma Integrada de Contraordenações da proteção civil</b>
<b>Ministério</b>	M. da Administração Interna
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Implementar um sistema integrado para procedimentos de contraordenações na Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC). Pretende-se a desmaterialização da informação e a centralização de processos. Assim, permitem-se maiores ganhos operacionais e financeiros, resultantes também de um aumento de produtividade e motivação dos recursos humanos. Destaca-se a especificação de funcionalidades e integração com outros sistemas e plataformas de gestão de informação georreferenciada.
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>Informação ao Tribunal + Direta</b>
<b>Ministério</b>	M. do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
<b>Em colaboração com</b>	M. da Justiça
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Promover a interoperabilidade de dados entre o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e o Ministério da Justiça, para análise e avaliação de pedidos, no contexto de processos dos Tribunais Tutelar Cível e Proteção de Crianças e Jovens, através da plataforma de Interoperabilidade na Administração Pública (IAP).
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## + EFICIENTE

<b>Denominação da medida</b>	<b>Reporte + Simples do Setor Empresarial do Estado</b>
<b>Ministério</b>	M. das Finanças
<b>Em colaboração com</b>	M. da Saúde
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Simplificar o reporte de informação económico e financeiro das empresas do setor empresarial do Estado (SEE), incluindo as entidades empresariais do Serviço Nacional de Saúde, através de <i>webservices</i> que permitam às entidades da Administração Pública obter a informação de que necessitam diretamente dos sistemas de informação das entidades do SEE. Pretende-se aumentar o automatismo, a capacidade de monitorização e o acompanhamento, assim como diminuir o erro de reporte com sistemas de controlo.
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais e processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Escola + simples para os professores</b>
<b>Ministério</b>	M. da Educação
<b>Em colaboração com</b>	M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Desburocratizar os procedimentos atuais, em contexto escolar, que são da responsabilidade dos professores, minimizando os tempos de recolha de informação, preenchimento de registos e arquivo, permitindo-lhes focalizar recursos na prossecução do sucesso escolar, em particular à direção dos agrupamentos.
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais e processo participativo interno à Administração Pública

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## + EFICIENTE

<b>Denominação da medida</b>	<b>Desmaterialização Saúde+</b>
<b>Ministério</b>	M. da Saúde
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Desmaterializar a correspondência e outros fluxos de informação entre o Ministério da Saúde, as entidades públicas da saúde, as empresas do setor e os cidadãos. Pretende-se utilizar plataformas digitais interoperáveis dentro dos serviços da Administração Pública, implementando a utilização de assinaturas eletrónicas qualificadas, através do Cartão de Cidadão e do Sistema de Certificação de Atributos Profissionais para os dirigentes da Administração Pública. Visa-se, também, reforçar os sistemas de notificação eletrónica das comunicações na Saúde.
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais e processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Relatório Clínico +</b>
<b>Ministério</b>	M. da Saúde
<b>Em colaboração com</b>	M. da Justiça
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Criar uma plataforma eletrónica interativa entre os Ministérios da Saúde e da Justiça, que contemple o circuito dos pedidos de relatórios clínicos por parte dos tribunais aos hospitais, para decisão de processos em curso, e a sua disponibilização digital pelos hospitais. Pretende-se diminuir os tempos de resposta entre o pedido e a sua disponibilização, assim como o melhorar da articulação institucional na Administração Pública, evitando a impressão, envio por correio e registos de envio e receção.
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais e processo participativo interno à Administração Pública

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## + EFICIENTE

<b>Denominação da medida</b>	<b>Portal do Centro Nacional de Cibersegurança</b>
<b>Ministério</b>	M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com</b>	M. da Administração Interna, M. da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, M. da Educação, M. da Justiça
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Evolução do portal do Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS), com o objetivo de promover: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) partilhar conhecimentos na área da segurança digital;</li> <li>b) desenvolver novos conteúdos e recursos dedicados à educação, sensibilização e prevenção para a segurança e literacia digital;</li> <li>c) promover a utilização segura das tecnologias de informação e de comunicação e da redução à exposição aos riscos no ciberespaço, dando particular importância à capacitação e conhecimento junto dos destinatários da medida.</li> </ul>
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Simplificação da comunicação entre tribunais e escolas</b>
<b>Ministério</b>	M. da Justiça
<b>Em colaboração com</b>	M. da Educação
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Desmaterialização de informação envolvendo os tribunais e os estabelecimentos escolares, no que respeita às decisões judiciais de guarda e proteção de menores, através do Escola 360º e via interoperabilidade na Administração Pública (iAP).
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## + EFICIENTE

<b>Denominação da medida</b>	<b>Tribunais Tributários e AT em linha</b>
<b>Ministério</b>	M. da Justiça
<b>Em colaboração com</b>	M. das Finanças
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Implementar a tramitação eletrónica entre Tribunais Tributários e a Autoridade Tributária no envio de documentos relativos a estes processos.
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Provas de aferição online</b>
<b>Ministério</b>	M. da Educação
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	<p>Realizar provas nacionais de avaliação externa em ambiente eletrónico, desmaterializando os seguintes processos: conceção e aplicação da prova, classificação das respostas dos alunos e publicação de resultados. Esta operação incide sobre as provas de aferição do 8.º ano de escolaridade.</p> <p>As vantagens desta solução de avaliação eletrónica são, entre outras, as seguintes:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>redução significativa de custos no médio e longo prazos;</li> <li>flexibilidade na aplicação, nomeadamente no que se refere ao local e ao momento da sua disponibilização;</li> <li>classificação automática dos itens de resposta fechada;</li> <li>aumento da qualidade e da fiabilidade da classificação das respostas aos itens de resposta aberta, já que a classificação <i>online</i> permite monitorizar, em tempo real, o trabalho dos professores classificadores, bem como utilizar técnicas como a dupla classificação;</li> <li>maior facilidade de armazenamento, eliminando a guarda física das provas, principalmente após a sua realização;</li> <li>possibilidade de acelerar os tempos de classificação, pois parte dos itens das provas são em processo de classificação automática;</li> <li>possibilidade de explorar novos tipos de itens, nomeadamente testes adaptativos e itens interativos, com elevado potencial formativo.</li> </ol>
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## + EFICIENTE

<b>Denominação da medida</b>	<b>Ambiente.doc</b>
<b>Ministério</b>	M. do Ambiente
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Implementar um Sistema de Gestão Documental e de Processos no Ministério do Ambiente, que permita a desmaterialização de processos, a uniformização dos canais de informação e a partilha de dados. As áreas prioritárias de intervenção serão os Gabinetes dos Membros do Governo e a Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, garantindo a interoperabilidade com os Sistemas de Gestão Documental das entidades e organismos tutelados.
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>SIFICAP+</b>
<b>Ministério</b>	M. do Mar
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Implementar novas aplicabilidades na plataforma informática SIFICAP (Sistema de Fiscalização e Controlo das Atividades de Pesca), com a incorporação dos novos relatórios de inspeção, bem como dos processos de contraordenação e da respetiva tramitação processual, envolvendo a Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), a Marinha, a Força Aérea, a Guarda Nacional Republicana, a Região Autónoma dos Açores e a Região Autónoma da Madeira.
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Programa do Governo

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA + EFICIENTE

<b>Denominação da medida</b>	Rastreios de Saúde +
<b>Ministério</b>	M. da Saúde
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Criar uma plataforma integrada de registo, gestão e programação de rastreios de saúde.
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Programa do Governo e pontos focais





AO LONGO  
DA VIDA

# AO LONGO DA VIDA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Harmonização de procedimentos nas autarquias locais</b>
<b>Ministério</b>	M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com</b>	M. da Economia, M. da Administração Interna
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Projeto piloto a desenvolver nos 13 municípios pertencentes à Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo para articular e harmonizar procedimentos municipais, designadamente, auditorias nas áreas do urbanismo e da contratação pública, licenciamento municipal e regulamentação, no sentido de facilitar e simplificar as relações que os investidores e cidadãos têm com os Municípios. Pretende-se dotar o setor público da administração local com novos métodos e soluções organizativas mais harmoniosas que favoreçam e reforcem uma atuação em rede, consolidando a competitividade municipal.
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>Arqmedia da Defesa</b>
<b>Ministério</b>	M. da Defesa Nacional
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Reforçar os mecanismos de conservação e preservação digital, a longo prazo, dos arquivos audiovisuais da Defesa Nacional, onde estão registados, em imagens e sons, grande parte da história militar e da história do país. Pretende-se assegurar o acesso a esse repositório audiovisual através de um Portal <i>online</i> . Visa-se assegurar, sobretudo, o tratamento, a digitalização, a preservação e a disponibilização do espólio audiovisual mais relevante existente no Ministério da Defesa Nacional, em particular e numa primeira fase na Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional e no Centro de Audiovisuais do Exército, sendo escalável para outras entidades da Defesa Nacional que também queiram vir a integrar este projeto. Neste âmbito, é necessário inventariar, tratar, conservar, digitalizar e preservar a informação, possibilitando a sua disponibilização.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# AO LONGO DA VIDA

<b>Denominação da medida</b>	<b>App Tribunal+</b>
<b>Ministério</b>	M. da Justiça
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Criar uma aplicação móvel (app) para um tribunal piloto que informe os utilizadores do estado de diligências e filas de espera, entre outra informação.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>Novo Portal da Segurança Social</b>
<b>Ministério</b>	M. do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Criar um novo Portal da Segurança Social que facilite a prestação de informações a todos os cidadãos e agentes económicos de uma forma simples, eficaz e eficiente.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# AO LONGO DA VIDA

<b>Denominação da medida</b>	<b>App Segurança Social + Próxima</b>
<b>Ministério</b>	M. do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Criar uma aplicação (app) para dispositivos móveis que permite, de uma forma intuitiva, prática e segura, efetuar as principais tarefas decorrentes da relação do cidadão com a Segurança Social, como sejam a consulta de pagamentos, a agenda de obrigações e os respetivos direitos. Pretende-se, disponibilizar um novo canal digital de comunicação da Segurança Social com os cidadãos.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>Apoios sociais</b>
<b>Ministério</b>	M. do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
<b>Em colaboração com</b>	Todo o Governo
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Uniformizar o conceito de insuficiência económica para efeitos de atribuição de apoios sociais e desenvolvimento dos sistemas de informação necessários que permitam uma atribuição imediata dos mesmos. Pretende-se promover a igualdade, a celeridade e a certeza na atribuição de apoios sociais, combatendo a fraude e reduzindo a burocracia associada a estes processos.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# AO LONGO DA VIDA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Senha acesso à Segurança Social Direta na hora</b>
<b>Ministério</b>	M. do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Emissão de senha de acesso à Segurança Social Direta no momento da inscrição <i>online</i> ou num atendimento presencial.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>+ Funcionalidades na Segurança Social Direta</b>
<b>Ministério</b>	M. do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Desenvolver novas funcionalidades na Segurança Social Direta, nomeadamente: a) atualização das alterações à composição do agregado familiar, bem como a comunicação de rendimentos para além dos apurados pela Segurança Social; b) gestão <i>online</i> de admissões, alteração de modalidade de contrato, desistências, suspensões e cessações de trabalhadores.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# AO LONGO DA VIDA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Mapa da Rede Móvel</b>
<b>Ministério</b>	M. do Planeamento e das Infraestruturas
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Disponibilizar um sistema informativo que permita ao cidadão em tempo real e num formato predefinido, conhecer toda a informação relacionada com a cobertura da rede móvel no território nacional.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>Consumo financeiro + informado</b>
<b>Ministério</b>	M. da Economia
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Divulgar <i>online</i> , num ponto único, a informação disponibilizada pelas instituições de crédito quanto a produtos financeiros, designadamente em matéria de serviços mínimos bancários, comissões bancárias, cartões de crédito, crédito hipotecário, crédito ao consumo e seguros, tendo em vista permitir aos consumidores a consulta de informação harmonizada e comparável.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# AO LONGO DA VIDA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Mapa do Cidadão +</b>
<b>Ministério</b>	M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com</b>	M. do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, M. da Saúde, M. da Administração Interna
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Alargar o universo de senhas eletrónicas disponibilizadas no Mapa do Cidadão, integrando, numa primeira fase, todos os organismos que utilizam o Sistema de Gestão de Filas de Espera do Instituto de Informática, I.P. e, posteriormente, alargando a outras entidades, nomeadamente, da saúde e da administração local. Atualmente, as senhas eletrónicas do Mapa do Cidadão, para além do universo das Lojas de Cidadão, estão disponíveis também para os centros de emprego do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais e processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Registo das Fundações e das Entidades de Utilidade Pública</b>
<b>Ministério</b>	M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com</b>	M. da Justiça
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Criar o registo único das fundações que prosseguem os seus fins em território nacional, disponibilizando publicamente informação fidedigna e reduzindo custos burocráticos.
<b>Destinatários</b>	Associações, Fundações ou Coletividades
<b>Fonte</b>	Pontos focais e processo participativo interno à Administração Pública



# AO LONGO DA VIDA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Portugal+Iguar: indicador de políticas de igualdade a nível local</b>
<b>Ministério</b>	M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Disponibilizar uma cartografia de todos os mecanismos e dinâmicas de promoção da igualdade de género existentes no território nacional, como serviços existentes, planos municipais, protocolos, conselheiras e conselheiros para a igualdade, projetos, boas práticas, centros de emergência para vítimas de tráfico, consultas especializadas, entre outras informações. O objetivo passa também por se fornecer um conjunto de indicadores de monitorização, por concelho, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, aos quais Portugal está obrigado. É, também, disponibilizado o Índice Municipal de Igualdade de Género (IMIG) às autarquias, desenvolvido pelo Projeto EEAGRANTS LGE, que permitirá o autodiagnóstico e a comparação territorial de políticas de igualdade.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais e processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Acessibilidade e Usabilidade Garantida para todos</b>
<b>Ministério</b>	M. do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
<b>Em colaboração com</b>	M. da Presidência e da Modernização Administrativa, M. da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Tornar os portais do Governo e da Administração Pública mais acessíveis, tendo em vista a sua plena utilização por parte de pessoas com deficiência ou incapacidade, permitindo a interação direta e autónoma destes cidadãos com os serviços públicos, promovendo, assim, o pleno exercício dos seus direitos fundamentais, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) promover a acessibilidade e usabilidade dos portais do Governo e da Administração Pública, incluindo os serviços transacionais em linha;</li> <li>b) elaborar um manual de especificações técnicas;</li> <li>c) criar de um selo digital, atribuído conjuntamente pela Agência para a Modernização Administrativa (AMA) e Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), para os sites públicos que respeitam as regras nacionais de Usabilidade e Acessibilidade.</li> </ul>
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais e processo participativo interno à Administração Pública

# AO LONGO DA VIDA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Administração Pública@TV</b>
<b>Ministério</b>	M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com</b>	Entidades Privadas
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Criar conteúdos destinados à utilização em aplicação para as boxes dos operadores de telecomunicações, permitindo uma linha direta de comunicação entre as televisões e alguns serviços públicos.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Identificação no telemóvel</b>
<b>Ministério</b>	M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Criar um protótipo que disponibilize, em <i>smartphones</i> , uma imagem autêntica e certificada de um documento de identificação. Para além da imagem, a aplicação permitirá confirmar a autenticidade do cartão através de um código de verificação público, consultável <i>online</i> .
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

# AO LONGO DA VIDA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Mapa do Ciberespaço Público</b>
<b>Ministério</b>	M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Criar e manter o mapa completo de todos os sites públicos, da administração direta e indireta do Estado. Possibilidade de qualquer cidadão consultar quais os URL's de cada área governativa, sabendo para cada URL se é site informativo ou transacional.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>APP Contacto.Gov</b>
<b>Ministério</b>	M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Criar uma aplicação móvel que agregue a informação sobre os vários canais de contacto dos serviços públicos, designadamente números de telefone e endereços eletrónicos, bem como o desenvolvimento de um assistente virtual que permita fazer triagens simples e evitar futuros contactos.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

# AO LONGO DA VIDA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Loja de Cidadão do Futuro</b>
<b>Ministério</b>	M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Desenvolver um protótipo ou espaço de demonstração que antecipe tendências de <i>design</i> , de organização de espaços e de suportes tecnológicos sobre o futuro do atendimento em serviços públicos.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Credenciação de Segurança Online</b>
<b>Ministério</b>	M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	<p>Criar a "Credenciação de Segurança Online", através da desmaterialização, na máxima extensão possível, dos Processos de Credenciação de Segurança das pessoas coletivas e individuais, através da:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>desmaterialização dos formulários a preencher pelos requerentes, incluindo a submissão da respetiva candidatura;</li> <li>pré-preenchimento dos formulários com informação já conhecida e previamente submetida;</li> <li>reformulação e modernização da aplicação que gere a emissão das notas de liquidação e cobrança das taxas associadas aos processos de credenciação;</li> <li>acesso, por parte dos funcionários do Gabinete Nacional de Segurança (GNS) envolvidas com os processos de credenciação de segurança, a uma plataforma de partilha da informação produzida por outras entidades da Administração Pública.</li> </ol>
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

# AO LONGO DA VIDA

<b>Denominação da medida</b>	<b>GeoPortal da Energia e Geologia</b>
<b>Ministério</b>	M. da Economia
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Implementar, no âmbito do geoPortal do Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG), instrumentos de melhoria do atendimento e de acesso à informação para cidadãos e empresas nas áreas dos recursos geológicos.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>+Informação territorial para o cidadão</b>
<b>Ministério</b>	M. do Ambiente
<b>Em colaboração com</b>	M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Disponibilizar informação ao público sobre as Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) e as Servidões e Restrições de Utilidade Pública (SRUP), mediante a visualização destas no Sistema Nacional de Informação Territorial (SNIT). Esta medida integra o desenvolvimento do Sistema de Submissão Automática para Publicação e Depósito de Instrumentos de Gestão Territorial (SSAIGT) já existente e a publicação automática desta informação territorial em Diário da República, promovendo a transparência e simplificação da relação da Administração Pública com os cidadãos.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

# AO LONGO DA VIDA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Caderno Eleitoral Eletrónico</b>
<b>Ministério</b>	M. da Administração Interna
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Desmaterializar os cadernos eleitorais, permitindo ordená-los alfabeticamente e descarregá-los <i>online</i> , bem como preparar o exercício do direito de voto desmaterealizado, nos termos da proposta de lei apresentada pelo Governo à Assembleia da República.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Programa do Governo

<b>Denominação da medida</b>	<b>Portugal Energia</b>
<b>Ministério</b>	M. da Economia
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	<p>Criar uma plataforma informática, um portal, uma <i>app</i> e um espaço físico de promoção e disseminação do conhecimento sobre a energia, o qual terá também uma vertente itinerante, que permitirá a sua replicação pelo país, utilizando espaços privilegiados da rede de Espaço Cidadão, Lojas de Cidadão e dos espaços próprios das Agências de Energia de âmbito local e regional. Permite-se, assim, ao cidadão consumidor de energia, de forma transparente, padronizada e desmaterializada, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) entender melhor os temas da energia, dando-lhe a conhecer os seus principais conceitos (produção, transporte, armazenamento e consumo), e uma visão integrada de todo o setor, contribuindo para a literacia energética da sociedade civil, a promoção da eficiência energética e a utilização racional dos recursos energéticos em Portugal (Entende Energia);</li> <li>b) poupar energia, através de uma mudança informada, facilitada e direta do seu comercializador de energia, assegurando de forma automática os processos de transição entre comercializadores (Poupa Energia - OLMC);</li> <li>c) divulgar dados estatísticos, indicadores e informação mais detalhada sobre este setor, de uma forma estruturada e concentrada num único sítio (Sabe mais de Energia).</li> </ul>
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Programa do Governo

# AO LONGO DA VIDA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Plataforma única de resolução de contratos (telecomunicações)</b>
<b>Ministério</b>	M. da Economia
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	<p>Criar uma plataforma <i>online</i> que permita aos consumidores comunicar a resolução de contratos relativos a serviços públicos essenciais num único ponto, disponível no Portal do Cidadão, sendo os prestadores de serviços notificados por via eletrónica.</p> <p>Numa 1ª fase, pretende-se abranger apenas a resolução de contratos de comunicações eletrónicas.</p>
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Programa do Governo

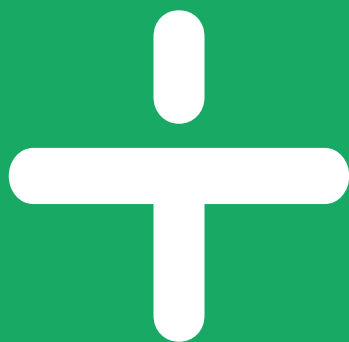
<b>Denominação da medida</b>	<b>Reprodução digital on demand</b>
<b>Ministério</b>	M. da Cultura
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	<p>Desmaterializar todo o processo de fornecimento de conteúdos à distância, tornando-o um serviço <i>online</i> transacional. O utilizador passa a poder solicitar as cópias digitais sem ter de introduzir a descrição do documento, uma vez que os dados são carregados nos formulários automaticamente a partir do catálogo bibliográfico. A gestão do processo é também agilizada internamente, com a definição dos fluxos de trabalho, o envio de mensagens automáticas, a disponibilização temporária de ficheiros <i>online</i> e a possibilidade de pagamento com cartão de crédito.</p>
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Programa do Governo e pontos focais

# AO LONGO DA VIDA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Morada Única Digital</b>
<b>Ministério</b>	M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com</b>	Todo o Governo
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Disponibilizar o serviço público de notificações eletrónicas associado à morada única digital, possibilitando a cidadãos e empresas serem notificados das mensagens provenientes dos serviços públicos, no seu endereço de correio eletrónico pessoal.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Programa do Governo e processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Observatório de Políticas Públicas para a Coesão Territorial</b>
<b>Ministério</b>	M. Adjunto
<b>Em colaboração com</b>	M. da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Criar uma plataforma de conhecimento e apoio ao planeamento em matéria de políticas públicas transfronteiriças, agregando informação dispersa em múltiplos portais e plataformas. A medida será desenvolvida em colaboração com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) e nomeadamente Instituições do Ensino Superior do Interior.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Programa do Governo e processo participativo interno à Administração Pública





EDUCAÇÃO

# EDUCAÇÃO

<b>Denominação da medida</b>	<b>Recrutamento Militar + próximo</b>
<b>Ministério</b>	M. da Defesa Nacional
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	<p>Criar um Portal de comunicação integrado, para todas as questões relacionadas com o recrutamento militar, normal e especial, que permita ao cidadão aceder a toda a informação relacionada. Pretende-se, sobretudo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) agregar a informação relacionada com a configuração do recrutamento militar, nomeadamente com as estruturas intervenientes, os processos e os requisitos;</li> <li>b) agregar informação caracterizadora das várias especialidades, classes ou áreas funcionais existentes, designadamente atividades, percursos formativos, zonas geográficas de empenhamento, requisitos de acesso e entidades formadoras;</li> <li>c) prestar informação atualizada sobre os concursos abertos;</li> <li>d) possibilitar a apresentação de candidaturas aos três Ramos das Forças Armadas e acompanhar a sua tramitação;</li> <li>e) possibilitar a pesquisa de áreas profissionais, em função de cada perfil pessoal, nomeadamente na adequação entre características pessoais e requisitos das funções;</li> <li>f) permitir que o cidadão possa colocar questões de forma a esclarecer dúvidas mais elaboradas, que careçam de informação mais detalhada;</li> <li>g) possibilitar ao candidato uma visita à Unidade onde determinada área funcional, classe ou especialidade está sediada e que seja do seu interesse, a fim de poder observá-la, estabelecendo um diálogo mais orientado com um profissional;</li> </ul>
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>Portal Único da Fundação para a Ciência e Tecnologia</b>
<b>Ministério</b>	M. da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	<p>Modernizar a Fundação para a Ciência e a Tecnologia e simplificar procedimentos através da criação de um Portal Único com impacto nacional, promovendo o acesso a outras plataformas, contemplando medidas de simplificação já existentes e potenciando a interoperabilidade entre sistemas. Pretende-se facilitar a interação com os investigadores e tornar mais transparente para a sociedade o investimento público em ciência, simplificando o acesso à informação e melhorando a prestação de serviço público.</p>
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# EDUCAÇÃO

<b>Denominação da medida</b>	<b>Registo único de graus e diplomas do Ensino Superior</b>
<b>Ministério</b>	M. da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	<p>Registrar, em plataforma eletrónica, todos os graus e diplomas de ensino superior, público e privado, através da atribuição de um número único a cada grau ou diploma conferido. Pretende-se, designadamente:</p> <p>a) aumentar a respetiva acessibilidade por parte dos interessados;</p> <p>b) reduzir a hipótese de fraude;</p> <p>c) aumento da transparência;</p> <p>d) aumentar a qualidade da informação estatística nacional sobre alunos diplomados do ensino superior;</p> <p>e) simplificar o reporte à Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) de dados estatísticos sobre alunos diplomados e de dados sobre teses e dissertações.</p> <p>O registo único será efetuado através de uma plataforma centralizada, gerida pela Direção-Geral do Ensino Superior, que se relaciona com outras que tratem de matérias conexas.</p>
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>Prova de vacina + simples nas escolas</b>
<b>Ministério</b>	M. da Educação
<b>Em colaboração com</b>	M. da Saúde
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Disponibilizar a informação sobre a vacinação dos alunos no ato de matrícula e na sua renovação, integrado com o Escola 360º.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# EDUCAÇÃO

<b>Denominação da medida</b>	<b>Desporto Escolar + Simples</b>
<b>Ministério</b>	M. da Educação
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	<p>Criar um módulo para gestão do Desporto Escolar no Escola 360º, desmaterializando e integrando toda a informação do processo. Assim, permite-se o registo integrado de alunos, docentes, dirigentes e organizações do desporto escolar. Possibilita-se, também, a criação eletrónica de diferentes matrizes de competições e o seu acompanhamento em tempo real, com a inserção de resultados em mobilidade pelos docentes responsáveis, a gestão de equipamentos (ginásios e outros espaços) da responsabilidade dos clubes de desporto escolar e a criação de uma gestão integrada da execução financeira de cada um deles.</p> <p>O módulo permite, igualmente, coligir e reaproveitar informação resultante dos processos de organização dos eventos escolares, por exemplo, inscrições e resultados, assim como o registo permanente do desempenho e do currículo desportivo dos alunos e dos agrupamentos, nas competições de âmbito interno e externo. Estes resultados são utilizados para efeitos de emissão de certificados de habilitação dos alunos, a partir do Escola 360º, sendo que os das escolas são mobilizados para efeitos da sua avaliação. O módulo será ainda acessível aos encarregados de educação, permitindo o acompanhamento da atividade desportiva escolar dos seus educandos.</p> <p>Pretende-se igualmente compilar informação que permita identificar o custo real de cada aluno participante, identificar claramente os recursos disponíveis e ter uma visão integrada dos planos anuais de atividades das escolas em matéria de Desporto Escolar.</p>
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>Prova escolar automática para abono de família</b>
<b>Ministério</b>	M. do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
<b>Em colaboração com</b>	M. da Educação
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Criar um <i>webservice</i> para automatizar a prova escolar de estudantes do ensino público, para efeitos de abono de família.
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# EDUCAÇÃO

<b>Denominação da medida</b>	<b>Subsídio por Educação Especial</b>
<b>Ministério</b>	M. do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
<b>Em colaboração com</b>	M. da Educação
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Criar um sistema eletrónico que permita gerir os requerimentos relativos ao subsídio de educação especial que transitam atualmente em papel, entre a Segurança Social e a Educação. Pretende-se eliminar a troca de informação processual em papel, com reflexos diretos na diminuição dos tempos processuais e agilização dos Serviços.
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>MySuperior</b>
<b>Ministério</b>	M. da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Facilitar, através de uma aplicação móvel (app), o acesso aos serviços da Direção-Geral do Ensino Superior (DGES) por parte dos estudantes. Pretende-se possibilitar, num único local, a consulta de dados e notificações respeitantes ao estudante, nomeadamente, acesso e bolsas.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais e processo participativo interno à Administração Pública

# EDUCAÇÃO

<b>Denominação da medida</b>	<b>Estudante ID no Ensino Superior</b>
<b>Ministério</b>	M. da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	<p>Integração do Estudante ID com Sistemas de Gestão Académica do Ensino Superior.</p> <p>Estudante ID é um identificador digital que acompanha de forma persistente e intemporal o percurso do estudante nas Instituições de Ensino Superior, garantindo a gestão integrada do seu percurso no ecossistema de ensino superior nacional.</p> <p>Pretende-se, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) a simplificação do acesso aos seus dados por parte do estudante;</li> <li>b) o obtenção de reportes estatísticos em tempo real;</li> <li>c) a associação de novos e melhores serviços.</li> </ul>
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Via rápida para estudantes estrangeiros em Portugal</b>
<b>Ministério</b>	M. da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
<b>Em colaboração com</b>	M. da Administração Interna, M. dos Negócios Estrangeiros
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	<p>Simplificar o processo de acesso e permanência, em Portugal, por parte de estudantes internacionais, oriundos de países terceiros, ou seja, fora da União Europeia, através da criação de um sistema de gestão documental. A plataforma permitirá às entidades das áreas governativas da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Negócios Estrangeiros e Administração Interna gerir o processo de mobilidade dos estudantes internacionais.</p>
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

# EDUCAÇÃO

<b>Denominação da medida</b>	<b>Equivalências e habilitações estrangeiras + simples</b>
<b>Ministério</b>	M. da Educação
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Desmaterializar totalmente os processos de atribuição de equivalências a habilitações obtidas no estrangeiro e de equiparação de habilitações do sistema educativo português. Para tanto, será necessário implementar um processo de equivalências automático e a criação de um <i>workflow</i> de aprovação para os casos em que não exista <i>standard</i> definido. Integração deste módulo com o registo biográfico do aluno do E360º e com módulo de emissão de diplomas e certificados, sempre que aquele venha a frequentar o sistema educativo português de nível básico ou secundário.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Passaporte Qualifica</b>
<b>Ministério</b>	M. da Educação
<b>Em colaboração com</b>	M. do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Criação de um aplicativo móvel (app), em complemento ao sítio da internet do Passaporte Qualifica, com o objetivo de facilitar a sua utilização em mobilidade, permitindo: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) encontrar o Centro Qualifica mais próximo;</li> <li>b) a utilização de um simulador público do Passaporte Qualifica para utilizadores não autenticados;</li> <li>c) o acesso ao Passaporte Qualifica em modo autenticado, de forma integrada com o registo individual de competências;</li> <li>d) a pesquisa da oferta educativa e formativa;</li> <li>e) o acesso a perguntas frequentes;</li> <li>f) a consulta do registo individual de competências;</li> <li>g) a ligação aos sítios da internet do Programa Qualifica e do Passaporte Qualifica.</li> </ul>
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Programa do Governo



# EDUCAÇÃO

<b>Denominação da medida</b>	<b>Escola 360° +</b>
<b>Ministério</b>	M. da Educação
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	<p>Implementar a Escola 360°, para além das escolas piloto, com generalização progressiva a partir de julho de 2017 ao universo de agrupamentos de escolas públicas e escolas não agrupadas, escolas privadas com contratos de associação e escolas portuguesas no estrangeiro tuteladas ou participadas pelo Ministério da Educação.</p> <p>O processo de generalização implica formação de direções escolares, de pessoal docente e não docente, com envolvimento dos centros de formação de associações de escolas. Implica, igualmente, formação para a gestão da mudança, apoio ao processo de migração de dados e implementação de uma linha de suporte aos utilizadores.</p> <p>A execução da medida envolve também a produção e disponibilização de materiais de apoio aos utilizadores e à formação.</p>
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Programa do Governo e processo participativo interno à Administração Pública



EMPRESA

# EMPRESA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Normas IPQ online</b>
<b>Ministério</b>	M. da Economia
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Disponibilizar, com acesso a partir do Portal do Cidadão, um serviço de consulta e compra <i>online</i> de normas portuguesas e europeias ao Instituto Português da Qualidade (IPQ). Para o efeito, disponibiliza-se a possibilidade de utilização de meios de pagamento eletrónicos, evitando a deslocação ao IPQ dos cidadãos e empresas que necessitam de aceder, no seu quotidiano, ao conteúdo das normas em causa, no âmbito das suas atividades industriais, comerciais, educativas ou outras.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>Eventos fiscalizados uma só vez</b>
<b>Ministério</b>	M. da Economia
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Instituir um interlocutor único na Administração Pública que garanta, na realização de eventos, a articulação prévia entre os organismos fiscalizadores. Pretende-se que o interlocutor único interaja com os promotores, sirva de ponto de contacto e elo de ligação com as demais entidades fiscalizadores, evitando que o agente económico tenha de contactar inúmeros organismos aquando da preparação dos eventos.
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# EMPRESA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Fiscalização de uma só vez</b>
<b>Ministério</b>	M. da Economia
<b>Em colaboração com</b>	M. da Administração Interna, M. da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, M. do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, M. das Finanças
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Harmonizar a atuação dos vários organismos fiscalizadores e promover ações de fiscalização conjuntas dos agentes económicos.
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>IPQ.net</b>
<b>Ministério</b>	M. da Economia
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Simplificar os regimes de licenciamento de equipamentos sob pressão e de cisternas, desmaterializando os respetivos procedimentos, cuja tramitação em plataforma eletrónica será acessível através do Balcão Empreendedor. Pretende-se assegurar uma gestão mais eficaz e uma maior celeridade dos processos de licenciamento a cargo do Instituto Português da Qualidade (IPQ), reduzindo os custos de contexto para as empresas que lhes estão associados.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# EMPRESA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Criação de entidades de gestão florestal + ágil</b>
<b>Ministério</b>	M. da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Simplificar a constituição de entidades de gestão florestal. Pretende-se, nomeadamente, reduzir os procedimentos administrativos inerentes à sua criação e/ou licenciamento.
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>Informação Única no INE+</b>
<b>Ministério</b>	M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Reduzir a carga estatística sobre empresas, visando a substituição da recolha direta de dados por informação administrativa já fornecida à Administração Pública. Pretende-se prosseguir o trabalho de análise das possibilidades de redução dos dados solicitados no âmbito dos inquéritos ao Volume de Negócios e Emprego da Indústria (IVNEI), Serviços (IVNES) e Comércio a Retalho (IVNECR), não esquecendo o Inquérito à Permanência dos Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos (IPHH), no que diz respeito às entidades que só detêm um estabelecimento.
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais e processo participativo interno à Administração Pública

# EMPRESA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Certificado de exportação eletrónica</b>
<b>Ministério</b>	M. da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	<p>Permitir a submissão <i>online</i> do pedido de Certificação para Exportação, bem como a emissão dos respetivos certificados, aumentando a rapidez e eficácia do processo. Pretende-se, sobretudo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) gerir os recursos humanos de forma mais eficiente;</li> <li>b) responsabilizar os operadores pelos dados que fornecem;</li> <li>c) diminuir os custos e o tempo associado ao processo;</li> <li>d) diminuir o erro humano através do preenchimento direto de determinada informação, relativa a dados que constam noutras bases de dados, como por exemplo o Sistema de Informação do Plano de Aprovação e Controlo dos Estabelecimentos (SIPACE) ou o Sistema Nacional de Informação e Registo Animal (SNIRA);</li> <li>e) diminuir o erro humano na utilização de modelos de certificados não aplicáveis;</li> <li>f) permitir a extração de informação com a finalidade de realizar estudos estatísticos;</li> <li>g) criar uma base de dados de exportadores;</li> <li>h) possibilitar um elevado nível de transparência no processo.</li> </ul>
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais e processo participativo interno à Administração Pública
<b>Denominação da medida</b>	<b>Exportação de vinhos + simples para países terceiros</b>
<b>Ministério</b>	M. da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	<p>Criar um formulário, na plataforma iDigital, para apresentação de todas as despesas inerentes a um projeto aprovado, no âmbito da exportação de vinhos para os Mercados de Países Terceiros, isto é, fora da União Europeia. Pretende-se, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) maior celeridade no processo;</li> <li>b) validação imediata da informação do beneficiário, possibilitando no momento a sua correção;</li> <li>c) redução de erros;</li> <li>d) evitar a prestação de informação repetida;</li> <li>e) disponibilizar a consulta, a todo o tempo, às entidades intervenientes.</li> </ul>
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais e processo participativo interno à Administração Pública

# EMPRESA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Capacitação online para a internacionalização</b>
<b>Ministério</b>	M. dos Negócios Estrangeiros
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Desenvolver e disponibilizar <i>online</i> conteúdos dirigidos à aprendizagem e capacitação das empresas em matéria de internacionalização.
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Portal do Investimento</b>
<b>Ministério</b>	M. dos Negócios Estrangeiros
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Criar uma plataforma digital multicanal, com tratamento de "big data". Pretende-se garantir a interação e proximidade com empresas inovadoras e com grande potencial de crescimento, e que atualmente estão fora da órbita da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP).
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública



# EMPRESA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Empresa na Hora com Certificação na Qualidade</b>
<b>Ministério</b>	M. da Justiça
<b>Em colaboração com</b>	M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Permitir a adesão imediata ao sistema de certificação de atributos empresariais, no mesmo momento da constituição de sociedades, quer no balcão Empresa na Hora quer através da internet no serviço Empresa Online. Este sistema permite a autenticação e a assinatura eletrónica com o Cartão de Cidadão em determinada qualidade, ou seja, com reconhecimento de legitimidade para a prática do ato.
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>+ Fichas Técnicas de Fiscalização</b>
<b>Ministério</b>	M. da Economia
<b>Em colaboração com</b>	M. da Administração Interna, M. do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, M. das Finanças, M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Elaborar e disponibilizar <i>online</i> fichas técnicas de fiscalização normalizadas para as áreas dos empreendimentos turísticos, da indústria de pastelaria e da panificação, dos talhos e das oficinas, de modo a uniformizar os critérios inspetivos e torná-los transparentes para o público-alvo.
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

# EMPRESA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Modelo de Atendimento Integrado da APA</b>
<b>Ministério</b>	M. do Ambiente
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Disponibilizar progressivamente soluções de atendimento flexíveis e adaptadas ao perfil dos utentes da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), com base num modelo de atendimento integrado e multicanal. Pretende-se melhorar a qualidade do atendimento nos serviços da APA, nomeadamente com a disponibilização de um sistema de agendamento <i>online</i> . Pretende-se, igualmente, satisfazer as necessidades dos cidadãos e agentes económicos, garantindo uma resposta célere e eficiente às suas necessidades, de acordo com os princípios de qualidade, confiança, eficácia, transparência, simplicidade, responsabilidade e gestão participativa.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Geovisualizador LUA (Licenciamento Único Ambiental)</b>
<b>Ministério</b>	M. do Ambiente
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Desenvolver um geovisualizador na plataforma do Licenciamento Único Ambiental (LUA), com o objetivo de facilitar o enquadramento de uma instalação, promovendo soluções mais centradas nas especificidades territoriais e mais eficientes no que respeita à consideração das condicionantes ambientais com expressão territorial.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

# EMPRESA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Port Tech Cluster Office</b>
<b>Ministério</b>	M. do Mar
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	<p>Criar uma estrutura virtual designada Port Tech Cluster Office, que é constituída por pontos focais de cada porto. Pretende-se que seja o principal ponto de contacto entre a rede portuária e a comunidade de investidores, disponibilizando informação sobre os custos e condições das rendas, concessões e itens afins, necessários à instalação de uma indústria ou empresa.</p> <p>Os Port Tech Clusters são uma rede de plataformas de aceleração tecnológica para as indústrias avançadas do mar, que se distribui nas seguintes sete áreas nos portos portugueses: energias renováveis oceânicas, green shipping (GNL), navios especializados, robótica e engenharia offshore, green ports, portos digitais, náutica de recreio. O objetivo da rede é fomentar a instalação de novas empresas, start-ups e centros de investigação tecnológica nas indústrias avançadas do mar nos portos portugueses, no sentido de criar uma geração empresarial produtora de novas tecnologias e de serviços marítimos inovadores, com forte potencial exportador e de elevado valor acrescentado.</p>
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Lota 4.0</b>
<b>Ministério</b>	M. do Mar
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	<p>Aprofundar a digitalização e simplificação dos processos relativos ao mercado da pesca, aumentando a transparência de informação. Atualmente a Docapesca fornece a possibilidade, mediante o registo do comprador e do vendedor, de realização de leilões <i>online</i> mediante a instalação de um aplicativo. Pretende-se evoluir do atual conceito de «leilão <i>online</i>» para o conceito «indústria 4.0», introduzindo novas funcionalidades que permitam, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) criação de uma aplicação móvel (app) que permita o acesso à lota;</li> <li>b) introduzir perfis de compradores e vendedores disponíveis na aplicação móvel, com indicadores reputacionais, estatísticas de venda e outras informações úteis, para criar uma rede sócio empresarial que ajude a reduzir a assimetria de informação no mercado de pesca;</li> <li>c) disponibilizar os preços médios de venda das espécies, com atualizações regulares;</li> <li>d) disponibilizar o histórico de compras e vendas dos utilizadores registados;</li> <li>e) disponibilizar informação georreferenciada do pescado capturado, através da informação da rastreabilidade.</li> </ul>
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

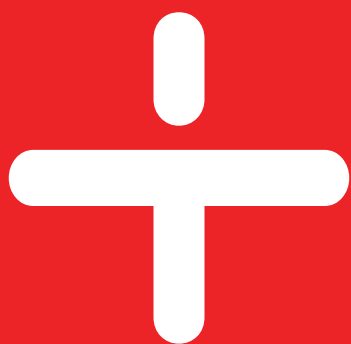
# EMPRESA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Eventos e espetáculos + simples</b>
<b>Ministério</b>	M. da Administração Interna
<b>Em colaboração com</b>	M. da Cultura, M. do Ambiente, M. da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Integrar os vários procedimentos necessários à realização de eventos e espetáculos de natureza artística e outros, bem como atribuir aos municípios a gestão dos respetivos procedimentos.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Programa do Governo e pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>Pic Portugal - Filmar em Portugal</b>
<b>Ministério</b>	M. da Cultura
<b>Em colaboração com</b>	M. da Economia, M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Criar uma <i>Film Commission</i> nacional, tendo como objetivos apoiar e promover o cinema e o audiovisual e a internacionalização de Portugal como destino de filmagens. Para a concretização destes objetivos serão desenvolvidas diversas medidas, em articulação com as entidades regionais e municipais existentes, nomeadamente a modernização e simplificação de procedimentos do evento de vida filmar em Portugal, criação de uma plataforma com serviços <i>online</i> integrados para quem pretende filmar ou fotografar em Portugal, entre outras.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Programa do Governo e pontos focais

# EMPRESA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Lojas com História</b>
<b>Ministério</b>	M. da Economia
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	<p>Desenvolver uma plataforma de informação sobre estabelecimentos comerciais de interesse histórico e cultural ou social, a qual terá como base um inventário nacional destes estabelecimentos enquanto elemento agregador de conhecimento e divulgação das lojas com história a nível nacional.</p> <p>Esta plataforma será, assim, um instrumento de suporte ao desenvolvimento de políticas públicas de preservação e de promoção das lojas com história, modernizando o enquadramento em que estas atuam.</p> <p>Esta medida será desenvolvida no âmbito do Regime de reconhecimento e proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local.</p>
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Outras



FAMÍLIA

# FAMÍLIA

<b>Denominação da medida</b>	<b>Fundo de Garantia de Alimentos a Menores + Ágil</b>
<b>Ministério</b>	M. do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
<b>Em colaboração com</b>	M. da Justiça
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Criar um <i>webservice</i> com os tribunais, de modo a obter informação atualizada sobre a manutenção e continuidade do benefício, sua duração e montante mensal.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais





LAZER

## LAZER

<b>Denominação da medida</b>	<b>ARQUEOSIA – Modernização dos serviços digitais de arqueologia</b>
<b>Ministério</b>	M. da Cultura
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Modernizar os serviços de gestão e divulgação do património cultural, a otimização das plataformas de acesso à informação digital, nomeadamente, o site da Direção Geral de Património Cultural e Portal do Arqueólogo. A promoção de um interface de partilha entre a tutela do património cultural (Direção Geral de Património Cultural e Direções Regionais de Cultura) com o público alvo, visando a desmaterialização de documentação, análise de processos, partilha de dados geográficos e alfanuméricos. Pretende-se ainda fomentar o envolvimento do público em geral com o seu património cultural, ao disponibilizar novos conteúdos digitais.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>Mapa do comércio, serviços e restauração</b>
<b>Ministério</b>	M. da Economia
<b>Em colaboração com</b>	M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Criar uma base de dados georreferenciada, disponível <i>online</i> , com informação sobre os estabelecimentos comerciais e de serviços existentes no território nacional, em ligação com o Balcão do Empreendedor. Esta base de dados constitui um instrumento que permite à Administração Pública monitorizar, avaliar e definir políticas públicas para o sector do comércio e serviços e, simultaneamente, permite aos empresários uma melhor avaliação e identificação de oportunidades de negócio neste setor de atividade. Num 1.ª fase, pretende-se realizar um estudo preliminar para avaliação da informação existente na Administração Pública, bem como para identificação de necessidades de recolha adicional de informação e respetiva operacionalização.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais

## LAZER

<b>Denominação da medida</b>	<b>Registo de animais de companhia de uma só vez</b>
<b>Ministério</b>	M. da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Criar uma base de dados única de animais de companhia, unificando o atual Sistema de Identificação de Canídeos e Felinos (SICAFE) e outras bases de dados existentes. Pretendem-se ganhos de simplificação e eficiência para os detentores, médicos veterinários e autoridades públicas com competências nesta matéria.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais e processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Aplicação Móvel (app) Marinas e Portos de Recreio</b>
<b>Ministério</b>	M. do Mar
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Criar uma aplicação móvel (app) que disponibilize ao utilizador informação sobre as facilidades existentes nos portos e marinas de recreio, integrando outras informações úteis, como clima e marés, com base nos dados disponíveis da Situação de Referência do Plano de Situação do Ordenamento de Espaço Marítimo (PSOEM), no Geoportal e no site da Docapesca. Pretende-se fomentar a diversificação da utilização das marinas de recreio existentes em diversos pontos do país, bem como potenciar a atração de investidores privados no processo de descentralização.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública



SAÚDE

# SAÚDE

<b>Denominação da medida</b>	<b>Calendário Digital de Saúde</b>
<b>Ministério</b>	M. da Saúde
<b>Em colaboração com</b>	M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	<p>Integrar o calendário digital de saúde na agenda de cidadão, disponível no Portal do Cidadão. Pretende-se acrescentar mecanismos de alerta e comunicação entre o cidadão e as equipas de saúde.</p> <p>Este recurso, estará também acessível através da área de cidadão, no Portal do Serviço Nacional de Saúde (SNS), e comunicará com o Centro de Contato do SNS - Plataforma de Dados da Saúde (PDS), de forma a que o utente e o profissional de saúde autorizado, possa, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) agendar e confirmar a realização de consultas, cirurgias, meios complementares de diagnóstico e terapêutica;</li> <li>b) planejar sessões de informação e capacitação em saúde;</li> <li>c) gerir alertas de vacinação e atividades de rastreio, como por exemplo retinopatia diabética, cancro do cólon e reto, cancro do colo do útero, infeção VIH/SIDA, cancro da mama, entre outras.</li> </ul>
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>Gestão de Comparticipações na Doença Profissional</b>
<b>Ministério</b>	M. do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
<b>Em colaboração com</b>	M. da Saúde
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	<p>Desenvolver um <i>webservice</i> para troca de informação relativa à comparticipação de medicamentos. Este serviço destina-se a agilizar a troca de informação entre as Administrações Regionais de Saúde e o Instituto da Segurança Social para financiamento das despesas com medicamentos de pensionistas por doença profissional. Pretende-se contribuir para uma maior eficiência na despesa relativa à comparticipação de medicamentos nesta área, através da criação de uma lista de medicamentos associados a cada doença profissional.</p>
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais e processo participativo interno à Administração Pública

# SAÚDE

<b>Denominação da medida</b>	<b>Georreferenciação do 112</b>
<b>Ministério</b>	M. da Administração Interna
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	<p>Implementar, em Portugal, a tecnologia AML (Advanced Mobile Location). Esta tecnologia é aplicada em <i>smartphones</i>, permitindo o reconhecimento de uma chamada de emergência para o número 112, ativando os serviços de geolocalização e enviando automaticamente, via SMS, as coordenadas de localização para o Centro Operacional 112.PT.</p> <p>Esta tecnologia melhora a precisão da localização do chamador em cerca de 4000 vezes, quando comparada com a precisão do método Cell ID, atualmente em funcionamento em Portugal.</p>
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Centro Integrado de Diagnóstico e Terapêutica do Serviço Nacional de Saúde</b>
<b>Ministério</b>	M. da Saúde
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	<p>Criar o Centro Integrado de Diagnóstico e Terapêutica do Serviço Nacional de Saúde (CIDT SNS). Pretende-se garantir a internalização dos meios complementares de diagnóstico e terapêutica, aproveitando melhor os recursos, equipamentos e serviços instalados no SNS. Pretende-se a realização de diversos exames e análises, num único local, sendo que no momento da prescrição, as instituições aferem da possibilidade da marcação e da data estimada da sua realização na nova plataforma de gestão partilhada de recursos do SNS (GPR SNS). Concomitantemente, reforçam-se os meios complementares de diagnóstico e terapêutica nos cuidados de saúde primários.</p>
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Programa do Governo e pontos focais



# SAÚDE

Denominação da medida	<b>eBoletim de Saúde Oral</b>
Ministério	M. da Saúde
Em colaboração com	
Prazo	2.º Trimestre 2018
Descrição	<p>Criar um Boletim de Saúde Oral a disponibilizar na área do cidadão do Portal do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e acessível através do perfil de registo profissional (dentistas/higienistas) e pessoal (agregado familiar).</p> <p>Operacionalizar a emissão de cheques dentista, através da disponibilização de cheques digitais, que são enviados para o telemóvel ou <i>email</i> do Encarregado de Educação e que mensalmente possa ser reenviada mensagem lembrando para a utilização do cheque. Pretende-se a desmaterialização dos cheques, evitar o extravio e esquecimento do cheque e aumentar o uso dos cheques dentista.</p>
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Programa do Governo, pontos focais e processo participativo interno à Administração Pública



TRABALHO

# TRABALHO

<b>Denominação da medida</b>	<b>IVA Automático +</b>
<b>Ministério</b>	M. das Finanças
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Introduzir o pré-preenchimento nas declarações periódicas do IVA liquidado pelas microentidades.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>Portal do Instituto Hidrográfico +</b>
<b>Ministério</b>	M. da Defesa Nacional
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	Disponibilizar aos cidadãos um Portal único e interativo, em substituição das várias plataformas existentes, com os produtos e serviços oferecidos pelo Instituto Hidrográfico (IH), com especial enfoque na cedência de dados e de acordo com as orientações da diretiva INSPIRE. Pretende-se modernizar, reformar e melhorar a informação disponível ao cidadão, potenciando o volume de negócios do IH. Os sistemas de base de dados são uma solução para o problema do acesso compartilhado a arquivos heterogêneos criados por múltiplas aplicações autónomas num ambiente centralizado. Para facilitar o uso dos dados, os arquivos atuais serão substituídos por uma base de dados globalmente integrada.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# TRABALHO

<b>Denominação da medida</b>	<b>Fundo de Garantia Salarial + Ágil</b>
<b>Ministério</b>	M. do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
<b>Em colaboração com</b>	M. da Justiça
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Disponibilizar, no Citius, a data de propositura da ação de insolvência das empresas.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>Penhoras integradas</b>
<b>Ministério</b>	M. do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
<b>Em colaboração com</b>	M. da Justiça
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	<p>Desenvolver funcionalidades que permitam uma melhor e mais adequada gestão das penhoras na segurança social, que envolva a integração eletrónica de dados com a Justiça, permitindo a tribunais ou agentes de execução realizar, nomeadamente, as seguintes operações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) registo, alteração e consulta de Penhoras;</li> <li>b) consulta de Informações relativas a Beneficiários (Pessoas Singulares);</li> <li>c) consulta de Informações relativas a Contribuintes (Pessoas Coletivas);</li> <li>d) consulta de Envio de Informação de Processamento de uma Ordem de Penhora;</li> <li>e) gestão e levantamento de penhoras bancárias.</li> </ul>
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# TRABALHO

<b>Denominação da medida</b>	<b>Plataforma de monitorização Agenda para a Igualdade no Mercado de Trabalho e Empresas</b>
<b>Ministério</b>	M. da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2019
<b>Descrição</b>	<p>Criar uma plataforma de gestão, monitorização e informação relativa à Agenda para a Igualdade no Mercado de Trabalho, que integre componentes como:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) monitorização do número de mulheres em cargos de chefia nas empresas, na Administração Pública e nas instituições do terceiro setor, de acordo com a nova lei;</li> <li>b) instrumentos e ferramentas de gestão de recursos humanos e gestão estratégica para empresas com perspectivas de igualdade;</li> <li>c) index de igualdade de género para empresas;</li> <li>d) disponibilização dos Planos para a igualdade, que são obrigatórios ao abrigo da nova lei e os que já o eram para o setor empresarial do Estado;</li> <li>e) disponibilização de guiões, brochuras e ferramentas;</li> <li>f) disponibilização de boas práticas nacionais e internacionais;</li> <li>g) informação sobre políticas do Governo com impacto nestes domínios;</li> <li>h) divulgação das medidas das entidades do Fórum Igen.</li> </ul>
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais e processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação da medida</b>	<b>Identificadores bibliográficos internacionais + simples</b>
<b>Ministério</b>	M. da Cultura
<b>Em colaboração com</b>	
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Disponibilizar <i>online</i> um serviço totalmente transaccional para o pedido, atribuição e gestão de identificadores bibliográficos internacionais, como o ISSN (International Standard Serial Number) e o ISMN (International Serial Music Number).
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Programa do Governo e pontos focais



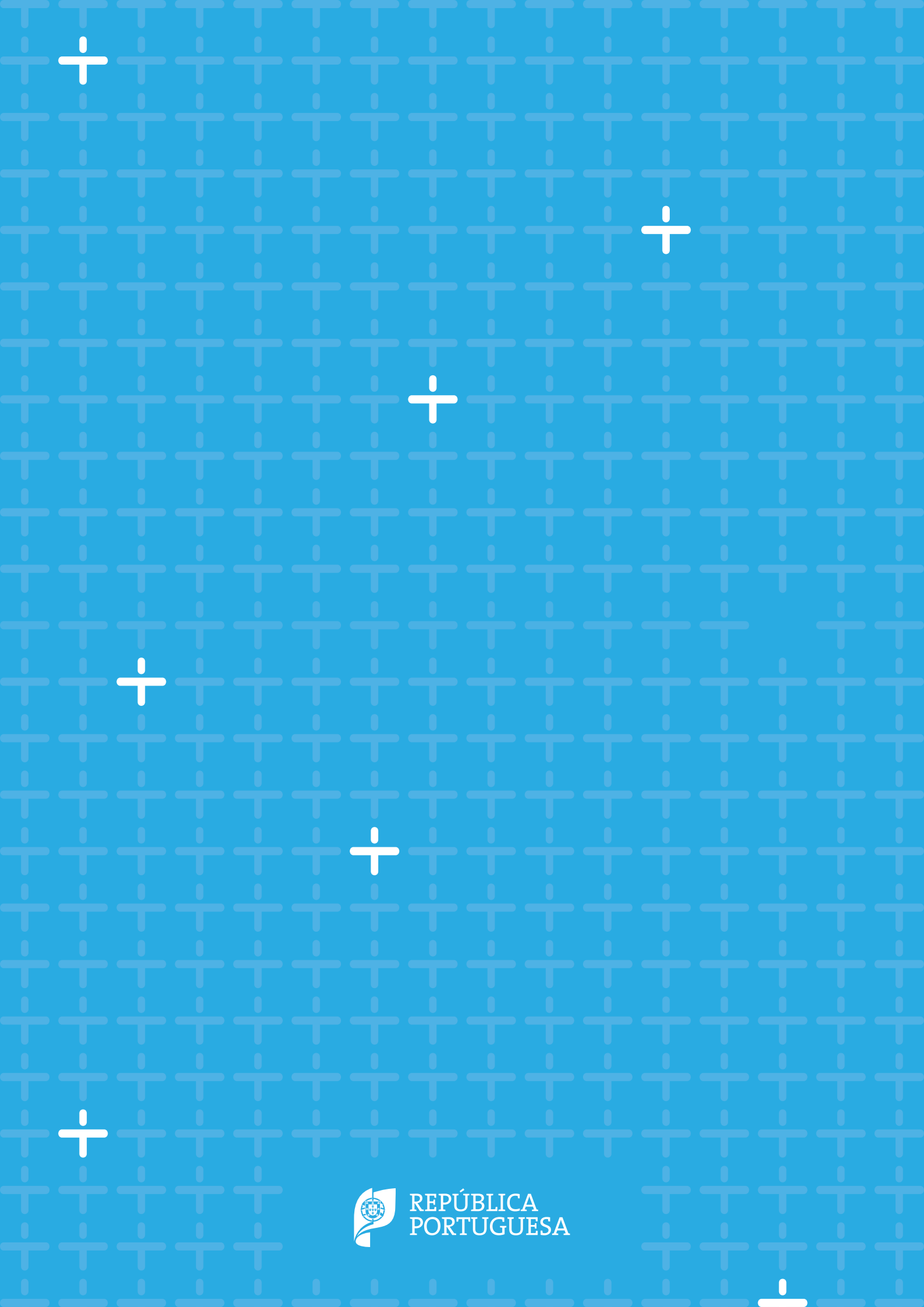
VEÍCULOS



# VEÍCULOS

<b>Denominação da medida</b>	<b>Documento Único Automóvel na carteira</b>
<b>Ministério</b>	M. da Justiça
<b>Em colaboração com</b>	M. do Planeamento e das Infraestruturas
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Simplificar o conteúdo informativo e o <i>layout</i> do Documento Único Automóvel, que reúne elementos relativos às características do veículo e ao seu proprietário, revendo os respetivos sistemas de informação, comunicações e procedimentos. Torna-se assim mais fácil guardá-lo na carteira.
<b>Destinatários</b>	Cidadãos e Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação da medida</b>	<b>Matrícula na hora</b>
<b>Ministério</b>	M. do Planeamento e das Infraestruturas
<b>Em colaboração com</b>	M. das Finanças, M. da Justiça
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Criar um sistema de atribuição de matrículas de veículos automático.
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

